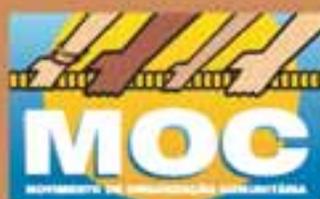


Trilhando caminhos para a convivência com o Semi-árido



Relatório Anual
2006

Trilhando caminhos para a convivência com o Semi-árido



Relatório Anual 2006



Índice

Editorial: Construindo a Convivência com o Semi-árido	6
Os caminhos trilhados pelos Programas e Projetos Especiais do MOC em 2006 ...	11
Programa de Água e Segurança Alimentar	12
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	18
Programa de Comunicação	26
Programa Criança e Adolescente	33
Programa de Educação do Campo	38
Programa de Gênero	47
Programa de Políticas Públicas	52
Projeto Especial Acesso à Terra	58
Projeto Especial de Apoio aos Territórios Rurais	60
Anexos	63
Tabelas de atividades	64
Prêmios	87
O MOC na mídia	88
Pessoal	92
Recursos financeiros	95
Glossário	96



Editorial



Construindo a Convivência com o Semi-árido

A imagem construída em relação ao semi-árido é aquela da inviabilidade e da insustentabilidade. Dita imagem é gerada, principalmente, pelo fato que dele somente se veiculam, comentam e valorizam as notícias e fatos da seca, da falta de água, da hipotética incapacidade de seu povo, das políticas assistencialistas com que a região é tratada, das doações alienadoras. Como se ao seu povo faltasse a capacidade de gerir seu próprio destino.

Embora o imaginário nacional coloque, quase que exclusivamente, na água a raiz e a solução de todos os problemas do semi-árido, pode-se afirmar que os fundamentos da situação são outros e bem mais amplos. Importa, antes de tudo, que a inviabilidade, onde existente, não é natural e sim política. Efetivamente ela é decorrente da grande concentração e má distribuição das águas, juntamente com a concentração de terras e processos correlatos de assistência técnica e crédito, e mais que tudo, da ausência de uma vontade de implementar uma política ampla de convivência com o semi-árido, mantendo-se a maioria das ações direcionadas ao semi-árido na matriz ultrapassada de “combate à seca”. Verdade é, também, que ali e acolá aparecem sinais de outras políticas.

Analisando alguns desses fatores, constata-se que a ocupação do semi-árido em sua maioria se deu e ainda dá a partir de práticas que desvalorizavam e depredam a realidade local. As queimadas, os desmatamentos desordenados, o uso de defensivos e fertilizantes químicos, também ocasionam o empobrecimento dos solos, com risco dos ecossistemas e da própria vida humana. A moderna agricultura irrigada agrava ainda mais estas fragilidades ambientais, com práticas que levam à salinização dos solos, degradação das nascentes, extinção de espécies vegetais típicas das matas ciliares e exclusão dos pobres de participar das riquezas produzidas.

A política das grandes obras, geradoras quase sempre de mais concentração e mais exclusão, é outro elemento. As pequenas obras, que gerariam o efetivo acesso e domínio das pessoas, sobretudo dos mais pobres, assim como principalmente o acesso da população dispersa aos bens e serviços, são desmerecidas e colocadas nas prateleiras.

Parte das reflexões deste texto são devedoras do Caderno: Silva, R. M. A.: Semi-Árido Brasileiro: das ações de emergência a uma política de convivência. Cadernos Cáritas, Brasília/DF, v. 3, n. 1, p. 1-80, 2002.

Acresça-se a isso a agropecuária e a mineração predatórias, além de desmatamento que têm levado aos processos de desertificação. No entanto, se comparado a outros semi-áridos o nosso tem uma pluviosidade alta, que varia entre 300 e 800 mm ano. E conta com um povo lutador, trabalhador, criativo, com uma capacidade incalculável de resistência e desejoso de ser respeitado.

Nas últimas décadas, no entanto, vem sendo construída, gradativamente, uma outra mentalidade e concepção de ver, trabalhar, construir o semi-árido. Esta mentalidade se fundamenta em alguns pilares básicos: o reconhecimento de que o povo do semi-árido é cidadão, deve ter seus direitos respeitados e a relação com ele deve ser de respeito, deixando-se de lado a postura de que as ações e políticas voltadas ao semi-árido são atos de bondade de pessoas, governantes ou organizações. Ou seja: a relação sai do âmbito da bondade e da caridade para o âmbito do respeito aos direitos e da justiça; reconhecimento da capacidade de seu povo de construir/produzir conhecimentos, e não apenas de estar recebendo e incorporando conhecimentos vindos de outros espaços e aceitar a “imposição de pacotes”; reconhecimento de que as pessoas e organizações do semi-árido são pessoas e organizações inteligentes; reconhecimento da necessidade de implementar uma política não assistencialista de tratar o semi-árido e seus problemas e de valorizar o conhecimento, experiências, soluções e processos já construídos pelo seu povo no decorrer da história, assim como apoiá-lo na produção e disseminação desta caminhada, aperfeiçoando-a.

Símbolo desta mentalidade e desta busca é a ASA – Articulação no Semi-árido Brasileiro, articulando mais de 800 organizações populares que tem na convivência com o semi-árido seu lema, com suas propostas e a implementação e difusão de inúmeras iniciativas voltadas para a convivência com o semi-árido. Sistemas de captação de água da chuva para consumo humano e produção, perenização de rios através de tecnologias que não agredem o meio ambiente e incrementam a permanência das pessoas no seu habitat, assistência técnica agroecológica, cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar, bancos de sementes nativas, fundos rotativos solidários, criatório de animais compatíveis e adaptados ao semi-árido, profundo respeito ao ecossistema; qualificação de professores numa proposta pedagógica onde as escolas, ao invés de simples repetidoras e repassadoras de informações, se transformam em espaços de produção de conhecimento para a melhoria das condições de vida das pessoas, lutas variadas de combate à desertificação. Ao lado destas, várias outras práticas e processos que, se massificados e tomados na perspectiva de políticas, com a devida universalização, com certeza transformariam o semi-árido em espaço digno para todos os seus filhos.

Metodologia básica de difusão e crescimento destes processos tem sido o intercâmbio entre agricultores, entre organizações e grupos, assumindo-se aí a teoria de que todos ensinam a todos e todos aprendem com todos, na medida em que as experiências são

socializadas, debatidas, visitadas, refletidas e delas se tiram os ensinamentos para novas experiências, para a correção de rumos, construindo-se assim novos conhecimentos.

Surge, assim, uma nova mentalidade que traz consigo um conjunto de alternativas de convivência com o semi-árido e com sua crescente implementação, um lugar diferente e um olhar diferente sobre o semi-árido no cenário nacional e político.

O MOC tem se inserido, desde seu início, nesta caminhada de convivência com o semi-árido e de construção de novas perspectivas para o seu povo. No passado, nos inserimos em manifestações, em inúmeras lutas, em elaboração de propostas de políticas para convivência com o semi-árido, em reivindicações e, sempre, na construção diária de suas alternativas. Na construção da ASA nos colocamos de coração no processo, e nele temos estado dedicando o melhor de nós mesmos.

Na busca de visualizar nossa ação, adotamos o slogan POR UM SERTÃO JUSTO, que nada mais é que a explicitação de nosso sonho e do ideal que orienta todas as nossas ações: a justiça deve ser a norteadora de todas as ações e estratégias presentes no semi-árido.

Neste relatório, buscamos fazer um exercício de reflexão de nossos programas e ações na perspectiva de construção de um semi-árido viável e de um sertão justo:

É na perspectiva de convivência com o semi-árido que o **Programa de Água e Segurança Alimentar** difunde e implementa, enfaticamente, na região a proposta de cisternas de placa da ASA, para captar água para o consumo humano, ao lado de difundir, basicamente pela estrada dos intercâmbios, tecnologias variadas de captação de água da chuva para produção. Estes dois vieses atuando em conjugação com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, centram sua atenção em resultados voltados para a segurança alimentar e nutricional das famílias do semi-árido.

O **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar** se insere nesta caminhada na medida em que desenvolve três eixos principais de ação: a assistência técnica em bases agroecológicas e de convivência com o semi-árido aos agricultores familiares; a captação de recursos oficiais e não oficiais para viabilizar as iniciativas produtivas da agricultura familiar; e o beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, com ênfase para o mercado solidário e os mercados institucionais.

O **Programa de Gênero** assume estas dimensões quando organiza as mulheres trabalhadoras rurais para refletir sua realidade enquanto mulheres do semi-árido, descobrir seu lugar específico na sociedade e, principalmente, ocupar os espaços de elaboração e monitoramento de

políticas de mulheres, projetando nestes e nestas a dimensão de convivência com o semi-árido.

Nesta mesma linha atua o **Programa de Educação do Campo**. Desenvolve-se um processo de capacitação de professores rurais das redes municipais de educação e de monitores da jornada ampliada, na perspectiva de que as escolas assumam seu papel como produtoras de conhecimento para a transformação da realidade do semi-árido. Nesta linha trabalha-se para a construção de políticas de educação para o semi-árido, onde as próprias crianças constroem conhecimento, se apropriam de processos de convivência, difundem metodologias, interferem em políticas.

Assim, conteúdos específicos do campo, da produção, do respeito aos ecossistemas, de captação de água para consumo humano e produção, de agroecologia, de economia solidária, de criação de animais, de processos de comercialização começam a povoar o universo das escolas, das crianças, dos seus pais e das comunidades.

Na construção de políticas da criança e adolescente, o **Programa Criança e Adolescente** enfatiza a viabilização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado das Bahia e especialmente em nossa região e busca qualificar as ações do Pacto pela Criança e Adolescente no Semi-árido, uma tentativa de construção de políticas adequadas para Crianças e Adolescentes nessa região. Isso se torna cada vez mais necessário, máxime ante os dados assombrosos de exclusão de que são vítimas as crianças e adolescentes do semi-árido.

Enfatizando a dimensão de construção de políticas de convivência com o semi-árido a partir da reflexão das práticas do dia a dia das pessoas, e das experiências dos programas, o **Programa de Políticas Públicas** qualifica as organizações da região, quer sejam elas sindicatos, movimento de mulheres, coletivos de jovens e outros, na perspectiva de elaboração de planos estratégicos através dos quais a ação das entidades se direcione para interferência em políticas públicas de convivência com o semi-árido, quer pela presença de pessoas das entidades em espaços como Conselhos, Comitês, Comissões, quer pela interferência em orçamentos municipais.

Quase que coroando a caminhada de todos os Programas, aparece o **Programa de Comunicação**, no seu esforço de projetar para a comunidade, para fora do MOC e do seu público específico, a viabilidade do semi-árido, as experiências das comunidades onde ao invés de morte se lida com a vida, com a beleza, com a construção da justiça. O programa de comunicação qualifica as organizações e o próprio MOC para que os significativos sinais de vida que se constroem a cada dia e a cada momento – e que não são poucos na região – possam ser mostrados a todos e todas, como expressões de um semi-árido onde, ao serem respeitados os direitos do seu povo, ao lhe serem oferecidas oportunidades de políticas de convivência, gera desenvolvimento sustentável.

O MOC se orgulha de ser um instrumento a serviço de um semi-árido com vida e com justiça e, ao publicar este relatório, o faz na perspectiva metodológica de partilhar dificuldades da caminhada e os sinais de vida conseguidos, com todos aqueles que querem e se empenham pela vida no semi-árido e buscam construí-la, quer apoiando nossas ações, quer se inserindo, conosco, no dia a dia da labuta e da conquista, na região sisaleira ou em qualquer outro espaço do semi-árido, do país e do mundo.

Certos de que os 40 anos de nossa instituição fizeram muita diferença positiva nesta caminhada, dedicamos este relatório, de modo especial, às inúmeras pessoas e grupos das comunidades que, passo a passo, dia a dia, acreditando, como diz o Pequeno Príncipe, que o essencial é invisível para os olhos, colocaram diante de si a utopia de que dias melhores eram possíveis. Se hoje os estamos vendo, vivendo e partilhando, os devemos àqueles e aquelas que acreditaram na caminhada, há mais de 40 anos, e se puseram a caminho. E, se hoje continuamos a caminhar – a comemoração dos 40 anos nos traz mais responsabilidades neste campo – é porque acreditamos que o conseguido ainda é pouco diante do muito a ser feito e porque queremos legar ao futuro um semi-árido cada vez mais sinal de vida e não de morte.

Naidison de Quintella Baptista
Secretário Executivo do MOC

*Os caminhos trilhados pelos
Programas e Projetos Especiais
do MOC em 2006*



Programa de Água e Segurança Alimentar

O Programa da Água e Segurança Alimentar (PASA) se insere na convivência com o semi-árido na sua parte mais sensível e característica, ou seja, a escassez e a insegurança hídrica e alimentar. Água para beber e cozinhar e água para produzir é elemento básico, mais cuidado pelo Programa a fim de garantir a convivência das pessoas com o clima da região, com qualidade de vida. Valendo ressaltar as estratégias de políticas públicas que valorizem esse ambiente e fortaleçam as entidades ali presentes e que trabalham por alternativas de convivência com o Semi-árido, assim como o fortalecimento das temáticas que envolvem especialmente a dimensão de gênero.



O Programa baseia suas ações em dois eixos principais. O primeiro trata de conseguir a captação e o armazenamento de água destinada ao consumo humano, com ênfase na capacitação das famílias nos cuidados com os equipamentos, a água captada e armazenada e a convivência mais ampla com o semi-árido. O segundo trata de aumentar a quantidade e qualidade dos alimentos produzidos a partir do aproveitamento da água captada e armazenada, e de sua utilização nos plantios e na dessedentação dos criatórios. A meta é ter todas as famílias, num prazo de quatro anos, com acesso à água para beber e cozinhar e ter as alternativas de captação, armazenamento e utilização da água destinada ao aumento da produção difundidas em 20 municípios da microrregião, num processo pedagógico que resulte em famílias enquanto sujeitos do processo e da caminhada, e não apenas como beneficiárias.

As comissões: instrumentos de participação das comunidades

Essas são as fundamentações técnicas e metodológicas do Programa, que politicamente se volta à inserção e capacitação das famílias e dos diretores e técnicos das entidades. Esse envolvimento abrange o planejamento, a execução, a supervisão, o monitoramento e a avaliação de todo o processo e conta com instrumentos efetivos de participação, como a Comissão Gestora Microrregional, composta por onze entidades, as 32 Comissões Executivas Municipais e as Comissões Comunitárias. Essas comissões são formadas na ocasião da implantação do *Programa Um Milhão de Cisternas* (PIMC) nas comunidades e funcionam, num número considerável de casos, em outros processos externos ao PIMC. Possuem autonomia para realizar inúmeras atividades, dentre elas: a seleção dos municípios, das comunidades e das famílias; mobilização e cadastramento das famílias; gerenciamento de recursos, licitações, prestações de contas; mediação dos conflitos; negociação com as famílias, os fornecedores e pedreiros; supervisão da construção dos equipamentos e da capacitação das famílias; tratamento e cuidado da água e dos equipamentos construtivos, e

entendendo o processo de convivência com o Semi-árido como uma questão de política pública.

Assim, pois, se desenvolvem as ações do PASA. Trocando saberes com as famílias, com os diretores das entidades e com as pessoas, que indicadas pelas famílias ou pelas entidades, compõem as Comissões que dirigem o Programa. Como resultado mais expressivo tem-se o aumento das famílias mobilizadas, capacitadas e com acesso à água de qualidade para beber e cozinhar, a capacitação da equipe, dos diretores, lideranças e técnicos das entidades parceiras na temática da Convivência com o Semi-Árido.

Ressalte-se o trabalho iniciado na perspectiva de estruturar as propriedades da agricultura familiar quanto à segurança hídrica e ao monitoramento da qualidade da água das cisternas, assim como dos seus efeitos na saúde das famílias que a ingerem. No trabalho com as comunidades, associam-se as práticas culturais com os resultados da qualidade da água, assumindo uma postura de integração e participação dos próprios atores envolvidos na reflexão das ações e nos seus efeitos. Procura-se trabalhar com as famílias a relação entre a ingestão da água da cisterna e a existência ou não de doenças relacionadas à água contaminada. Para isso, foram realizados exames parasitológicos em crianças que ingerem dessa água, percebendo-se também que não só a água de qualidade define a ausência ou presença de doenças, mas também outras atividades que envolvem o saneamento



Dia de Estudo na comunidade de Saco do Correio, Serrinha, para discutir a importância dos exames parasitológicos e a análise da água das cisternas.

ambiental, dentre elas: higiene, educação e habitação.

Papel destacado das mulheres

Dentre as comissões que compõem o PASA, muitas são formadas por mulheres atuantes na execução e discussão das atividades do programa, especialmente as Comissões Executivas dos municípios de Serrinha, Teofilândia e Retirolândia. Percebe-se autonomia nas suas decisões, assim como o fortalecimento dessas lideranças. Outro destaque do papel da mulher, no contexto do Semi-árido, condiz com o trabalho das mulheres na construção das cisternas. Muitas delas já atuam de fato na execução dessa atividade, assumindo uma postura de mulher pedreira, diminuindo o embate que diversifica o universo do trabalho masculino e feminino, possibilitando às mulheres a geração de renda no próprio local onde residem.

Mulheres construindo cisternas

33 *mulheres capacitadas nas técnicas de construção de cisternas*

15 *mulheres atuando como pedreiras nos municípios de Teofilândia, Candéal e Santa Luz*

Vale ressaltar que a construção das cisternas não implica em impactos apenas na qualidade da água e, concomitantemente, na saúde, mas também, e principalmente, o impacto da mesma no cotidiano das mulheres, permitindo que elas possam exercer outras atividades, inclusive estudar, ter uma outra atividade geradora de renda, aumentando quantitativa e qualitativamente sua participação em grupos sociais e entidades representativas. Havia maiores restrições no exercício dessas atividades, pelo fato de não disporem elas de tempo suficiente. Suprir as necessidades de água para a família consumia parte significativa desse tempo.

Dificuldades que persistem

Apesar de considerar que avançamos bastante na consecução das nossas metas, encontramos uma série de dificuldades a serem superadas, dentre elas destacamos:

- a) ineficiência na capacitação das famílias no gerenciamento de recursos hídricos, por não se ter um processo continuado de monitoramento e acompanhamento das práticas adotadas;
- b) pouco envolvimento das Comissões quanto às questões de políticas públicas de âmbito local, acrescido da frágil interface estabelecida com o Programa de Políticas Públicas, em decorrência das constantes mudanças na equipe;
- c) resistência cultural em todos os níveis (famílias, comissões comunitárias, municipais e, com menor intensidade, na comissão microrregional), em relação à questão da equidade de gênero;
- d) dificuldade em ações que precisem da contrapartida das famílias devido a parte dos integrantes do público alvo ser de excluídos sociais, carentes de saúde, escolaridade, informação e renda, e com crenças arraigadas dos tempos da escravidão e do coronelismo, dificultando qualquer ação que se precise da contrapartida das famílias.

Apesar das dificuldades encontradas, o Programa tem obtido inequívocos êxitos no tocante a conseguir que a Comissão Gestora Microrregional se aproprie dos objetivos, metas e critérios dos Projetos, atuando de forma efetiva na proposição e nas etapas de desenvolvimento de ações, interferindo de forma organizada e qualificada, buscando encontrar soluções para os problemas.

As Comissões Municipais, no decorrer do processo, tem-se qualificado no planejamento, na execução e implantação das atividades do Projeto e na prestação de contas. Há uma harmonia crítica entre a equipe do Programa e as entidades parceiras, entendendo-se harmonia crítica como um processo diferente da aceitação

passiva, mas, construindo, a partir desse diálogo franco, alternativas de superação das dificuldades.

Ampla estrutura de parcerias viabiliza o Programa

A vida do Programa, registre-se aqui, é bastante facilitada pela sua inserção em fortes estruturas que viabilizam suas ações. No âmbito microrregional, internamente, o Programa é uma estratégia de ação do MOC, compondo-o com várias outras equipes, com as quais se relaciona e potencializa resultados. Destaca-se, aqui, a interface com o Programa de Gênero, principalmente no tocante à capacitação das mulheres como construtoras de cisternas e na pesquisa qualitativa sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres.

Externamente, mas, ainda na microrregião, as parcerias estabelecidas com os Pólos Sindicais de Feira, Jacuípe e Sisal, com as APAEB's (Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia) de Araci, Feira de Santana, Ichu, Serrinha e Valente, com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) e Paróquias de Feira e Serrinha, com as Associações Municipais e Comunitárias.

Há também um grande intercâmbio de experiências entre as entidades que formam a ASA Bahia, e principalmente na esfera do Semi-árido, participando ativamente do processo de



Capacitação em construção de cisternas-calçadão na comunidade de Baixa, município de Araci.

formação e consolidação da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), tendo as suas atividades e ações espelhadas num constante processo de troca e confronto de saberes, reforçando aquela Articulação.

Conta-se, ainda, com velhos e valorosos parceiros da Cooperação Internacional, como a CRS (Catholic Relief Services) e a PPM (Pão Para o Mundo) e com parcerias de diferentes segmentos da sociedade organizada e de empresas. Enfim, o Programa faz parte de uma engrenagem que o movimenta e que lhe garante a dinâmica de resultados.

Neste jogo de forças entre o que nos fortalece e ajuda e o que nos desafia, alcançamos resultados, que avaliamos significativos, em relação a conviver com o Semi-árido. Em 2006, através das CEM'S (Comissão Executora Municipal), foram construídas 2.500 cisternas de 16.000 litros cada uma, o que permite armazenar quarenta milhões de litros de água de qualidade para beber e cozinhar, com mais de 2.600 famílias capacitadas a tratar e gerenciar essa água.

Vencendo resistências culturais, 23 mulheres foram capacitadas a construir cisternas e, destas, quinze já estão integradas no processo, tendo sido escaladas regularmente para as construções, sendo que uma delas foi capacitada, também, na construção de cisterna-calçadão e de barragens subterrâneas, possibilitando além da quebra de tabus, o aumento direto da renda de 15 mulheres.

Matando a sede

40.000.000

de litros é a capacidade de armazenamento de água da chuva nas cisternas construídas em 2006

2.500

cisternas de 16.000 litros cada uma foram construídas para o mesmo número de famílias ter acesso a água de qualidade para beber e cozinhar

2.600

famílias capacitadas para tratar e gerenciar a água da cisterna

Ainda, na questão de promover, através da valorização da mulher, a equidade de gênero, a equipe do PASA, em interface com a equipe de Gênero, vem realizando um estudo, baseado no depoimento das mulheres, sobre o impacto da cisterna em suas vidas.

Em outra linha, avançamos na busca de alternativas que permitam a garantia da produção da agricultura familiar, com foco na segurança alimentar. Assim, em interface com o PFAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), foram capacitados oito técnicos e técnicas e três pedreiros e uma pedreira nas técnicas de construção de cisternas-calçadão, barragem subterrânea e no aproveitamento da água captada na produção de alimentos e dessedentação dos criatórios. Já como fruto desse processo de capacitação, foi implantado, uma unidade demonstrativa, com uma cisterna-calçadão e uma barragem subterrânea, na comunidade da Baixa, em Araci.



Análise físico-química e bacteriológica da qualidade da água de cisternas, em Lamarão.



Capacitação em construção de cisternas – aqui das calhas para a captação da água da chuva – para mulheres na comunidade de Brasa, Teofilândia.

Aproveitamos ainda, a necessidade da confecção de bombas-gude, para, em interface com o Subprograma de Juventude do MOC, capacitarmos jovens das comunidades rurais na confecção desse acessório das cisternas, permitindo abrir uma perspectiva de geração de renda a esse setor. Enfim, há uma tentativa realizada e com êxitos logrados no combate à exclusão social e na formação de expectativas positivas de conviver com o Semi-árido.

Prevista aceleração da construção de cisternas

Então, disponibilizar água para beber, cozinhar e produzir facilita a convivência, possibilita a melhoria nas relações de gênero, na inclusão de jovens, na geração de renda e emprego nesse mundo Semi-árido, e também ajuda a conviver com ele. À frente vislumbramos a aceleração do processo de aumento do número de famílias capacitadas e com disponibilidade de água para beber e cozinhar, uma elevação do número de mulheres incorporadas aos processos do Programa, seja com participação qualificada nas Comissões, seja na condução das discussões e busca de alternativas de convivência com o Semi-árido, ou na própria construção dos equipamentos, com resultados dessas ações, qualificado em termos da melhoria da saúde das pessoas e do impacto na vida das mulheres contempladas.

Estaremos ampliando de forma significativa o número do que denominamos de Sítios Demonstrativos, o que consiste em se ter numa mesma unidade produtiva da agricultura familiar,



Construção da barragem subterrânea na comunidade de Baixa, Araci.

Experimentando a água para produzir

8

técnicos e técnicas e três pedreiros e uma pedreira capacitados nas técnicas de construção de cisternas calçadão e barragem subterrânea

unidade demonstrativa com cisterna-calçadão e barragem subterrânea implantada na comunidade da Baixa, município de Araci

uma cisterna, uma cisterna-calçadão e uma barragem subterrânea, dentro da proposta do PI +2 (Programa 1 Terra e 2 Águas), quando a família irá dispor de água para alimentação direta e água para suprir as necessidades do criatório e do plantio. Além de investirmos na sua implantação, iremos promover visitas de outros grupos a estas experiências com o objetivo de divulgá-las de tentar interferir na elaboração de planos de financiamentos e programa de políticas públicas voltados à agricultura familiar. Teremos, também, que investir na motivação e capacitação das Comissões, no sentido de possibilitar uma maior interferência em políticas públicas, principalmente no que concerne ao Poder Local.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Há trinta anos atrás o MOC começou a difundir técnicas de convivência com o Semi-árido para algumas poucas famílias rurais dos municípios de Feira de Santana, Serrinha e Valente. Embora incipiente e sem referências metodológicas mais consistentes, tinha-se como elemento norteador a valorização dos pequenos criatórios, sobretudo, os caprinos e ovinos, em contraposição à criação de bovinos. Parecia pouco, frente ao que se tem acumulado hoje, mas já sinalizava opções estratégicas que se consolidaram no passar dos anos e deu o lastro necessário para formar a identidade, hoje enraizada, que permite alargar as ações com um nível mais elevado de segurança institucional.



Elementos como o risco (perdendo uma vaca na seca, perde-se todo o patrimônio formado em anos), a renda permanente (não se pode vender parte de uma vaca), a adaptação ao clima (a vaca come uma diversidade muito menor de forragens que as cabras e ovelhas), a resistência à falta d'água (o consumo diário dos caprinos e ovinos é bem menor), o manejo da propriedade (onde come uma vaca, comem oito ovelhas), a preservação ambiental (não é preciso destruir a caatinga para criar cabras), estavam presentes àquela época e traziam os ensinamentos básicos da convivência do homem e da mulher com o semi-árido. Paralelo à defesa dos pequenos criatórios, ganhou força também o plantio das lavouras resistentes à seca, dando-se destaque para as forrageiras de consumo animal, em contraposição àquelas frequentemente afetadas pela falta de chuvas, mas insistentemente cultivadas por influência do processo migratório de algumas gerações anteriores das regiões litorâneas de clima úmido para o semi-árido e pela imposição do sistema oficial de assistência técnica e crédito.

Como consequência direta, de um lado, dos aprimoramentos sucessivos que quebraram paradigmas históricos de vinculação do sucesso produtivo aos criatórios de grande porte e às lavouras tradicionais e, de outro lado, da ampliação na escala de atendimento por pressão direta das organizações sociais, as ações nas áreas do crédito, do beneficiamento da produção e da comercialização, foram naturalmente aparecendo e se firmando, delineando os três subprogramas inter-relacionados que hoje compõem o Programa: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Crédito e Agroindústria/Comercialização.

Principais temáticas na capacitação dos agricultores

- Sistemas agro-florestais
- Manejo ecológico do solo
- Convivência com o semi-árido
- Manejo dos criatórios
- Planejamento das propriedades



Os jovens multiplicadores do Projeto Prosperar levam as propostas e os conhecimentos da agroecologia para dentro das suas comunidades.

O Programa de Fortalecimento de Agricultura Familiar propõe-se, portanto, a atender famílias rurais de baixa renda do Semi-árido baiano, construindo com elas um processo de conhecimento que garanta assistência técnica qualificada e meios de acesso ao crédito e aos mercados, numa dimensão de sustentabilidade, que vai da autonomia operacional com a formação e consolidação de redes que aos poucos assumem o papel do MOC, à dinamização dos sistemas produtivos calcados nos princípios da agroecologia.

Jovens engajados na assistência técnica agroecológica

Atualmente, o subprograma que tem maior abrangência é o de ATER, com atendimento a 32 municípios dos territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina, prestando assessoria a 12.800 famílias, com uma proposta metodológica para e com a juventude, numa dinâmica de animação de processos de valorização dos conhecimentos tradicionais aliados aos conhecimentos técnicos mais sistematizados. Essa dinâmica vem consolidando uma rede de ATER, integrada por 322 jovens e 14 técnicos/as que facilitam e coordenam as atividades.

As ações estratégicas e atividades do subprograma são voltadas para o desenvolvimento e disseminação de inovações técnicas,

De mãos dadas com a Agroecologia

80 experiências sistematizadas

10 experiências apresentadas no Encontro Nacional de Agroecologia

32 dirigentes capacitados no tema

metodológicas, e de assessoria às organizações referenciadas na Convivência com o Semi-árido e na Agroecologia, objetivando a transição do atual modelo de desenvolvimento agrícola da região para um modelo mais sustentável.

A metodologia de trabalho está voltada para a troca de experiências entre agricultores/as, grupos e entre entidades, o que se dá por meio de encontros, intercâmbios, mapeamentos e sistematizações de experiências de transição agroecológica. A perspectiva é de que essas experiências possam motivar e servir de referência para outras ações que incentivam a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. No ano de 2006 foram sistematizadas 80 experiências de transição agroecológica de famílias, jovens, grupos, cooperativas e feiras. Dessas, 12 foram apresentadas no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) realizado em Recife-PE.

As ações de ATER junto às famílias acontecem por meio de visitas, reuniões, intercâmbios, capacitações e a revalorização dos conhecimentos tradicionais, incentivando a geração de renda e a melhoria da condição de alimentação das famílias a partir da reorganização dos sistemas produtivos. Dentre as estratégias incentivadas de convivência com o Semi-árido, estão aquelas de uso intensivo de recursos da biodiversidade como a rotação de culturas, consórcios, valorização dos quintais, manejo de criatórios, de conservação dos recursos naturais, de armazenamento de forragens, alimentos e sementes para plantio e consumo de casa, produção de hortas, além de ações integradas com o Programa de Água e Segurança Alimentar para viabilizar a estocagem

de recursos hídricos, como água para consumo humano, água para plantio e para os criatórios.

As ações de formação dos jovens multiplicadores de ATER são baseadas na convivência com o semi-árido, com enfoque agroecológico voltada para análise dos agroecossistemas re-valorizando o conhecimento dos/as agricultores/as. Em 2006 essas ações ocorreram de forma complementar às capacitações anteriores por meio de módulos, nas temáticas de Sistemas Agroflorestais, Manejo Ecológico do Solo e de Pragas e Doenças em Plantas e em Animais, Segurança Alimentar, Convivência com o Semi-árido, Manejo de Criatórios e Planejamento da Propriedade. Cada jovem, atende em média a 50 famílias de 2 comunidades rurais, realizando visitas às propriedades, cursos, reuniões e intercâmbios demonstrativos e cada Técnico do MOC acompanha, em encontros quinzenais de monitoramento e participação nas atividades nas comunidades, de 15 a 30 jovens de 2 municípios.

Um outro foco de atuação do subprograma tem sido a formação de uma rede de entidades de ATER, envolvendo Associações, Cooperativas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esta ação se volta para a leitura da realidade e reflexão a partir dos agroecossistemas do Semi-árido, na perspectiva de sustentabilidade das ações de ATER a nível regional, inicialmente fomentada pelo MOC, mas que aos poucos vão aparecendo outras instituições que passam a atuar na área do referido Programa.



O Encontro Nacional de Agroecologia – ponto alto do movimento agroecológico no Brasil – contou com forte participação da Região Sisaleira.

O acesso ao crédito rural passou a ser uma dimensão também importante na área de atuação do MOC, em especial a partir da década de oitenta, por conta da própria difusão das experiências de convivência com o semi-árido vivida pelas famílias assistidas, já que a maioria delas não dispunha dos recursos para estruturar as propriedades de modo a aumentar o suporte forrageiro e de água para os animais, seja através do incremento dos plantios e dos mananciais hídricos, ou seja, da ampliação dos locais de armazenamento como reserva estratégica para não haver problemas de falta nas épocas secas.

Acesso ao crédito para agricultores familiares

Para dinamizar o acesso dos agricultores ao crédito, quatro estratégias operacionais foram definidas pelo MOC, mantendo a sua missão institucional de gerar processos auto-gestionários, com efetivo protagonismo dos beneficiários: a) a expansão do cooperativismo de crédito como a principal ferramenta de acesso; b) a alavancagem e a disponibilização de recursos para a agricultura familiar na região; c) a qualificação da gestão destes empreendimentos para que se firmem como auto-gestionários e; d) o aprimoramento institucional do COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo) para unificar e potencializar os Fundos Rotativos Solidários.

De 1994, quando o MOC iniciou as discussões com as organizações sociais, até hoje, onze



O “desenho da propriedade” é o principal instrumento pedagógico para reorganizar os sistemas de produção dos agricultores.

cooperativas de crédito foram criadas por onde se mantém 38 Pontos de Atendimento Cooperativo (PACs), um por município, e uma base atualizada de 38.200 associados.

As ações de apoio do MOC ao longo destes anos, materializaram-se na realização de cursos para os dirigentes e gestores, intercâmbios, estágios, seminários e eventos sistemáticos de monitoramento dos resultados. Estas onze cooperativas integram a ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar), em fase de migração – também sob a assessoria direta do MOC – para transformar-se em uma Central de Cooperativas, fato que proporcionará a ampliação dos serviços oferecidos aos agricultores, sobretudo, o crédito e a poupança.

Um destaque no processo de apoio à expansão do cooperativismo de crédito no ano de 2006, foram as Jornadas Cooperativistas. Todas elas realizadas, na sua absoluta maioria, com recursos próprios das Cooperativas e das Organizações locais e tiveram como protagonistas os participantes dos eventos de formação promovidos pelo MOC. Em média, cada Jornada que congregou de 15 a 30 eventos (palestras, mini-cursos e panfletagens) concentrados e sucessivos de mobilização e divulgação do cooperativismo de crédito, obteve a participação de 500 pessoas. Foi, na avaliação do MOC, um dos motivadores às novas 17.000 adesões verificadas nas Cooperativas de Crédito da região nos últimos 3 anos.



O cooperativismo de crédito

11 cooperativas funcionando

38 Pontos de Atendimento Cooperativo

38.200 associados

9.200 operações realizadas

10 milhões é o valor da carteira de crédito

Todas as Cooperativas de Crédito são hoje auto-gestionárias. Nelas trabalham 92 funcionários e 34 dirigentes, todos remunerados com as receitas operacionais destas organizações. A ASCOOB, no entanto, ainda não alcançou a sua sustentabilidade financeira, o que está planejado para o final de 2008.

Cumulativamente, 9.200 operações de crédito foram efetivadas pelas cooperativas nos últimos anos, correspondendo a uma carteira total de crédito de R\$ 10 milhões de reais, a sua grande maioria na modalidade investimentos para a convivência das famílias rurais com o clima semi-árido. É um número expressivo, mas ainda aquém das necessidades da região, posto que corresponde a menos de 25% do quadro total de cooperados. Os demais cooperados foram atendidos apenas com empréstimos de curto prazo (capital de giro) e outros serviços financeiros, tais como a poupança, a movimentação de conta corrente com cheques, o pagamento de títulos e o seguro.

Estes recursos têm um significado importante para o semi-árido, já que são destinados a investimentos em reservatórios de água, plantio de cultivos resistentes à seca, ordenamento no uso das pastagens e áreas nativas com a construção de cercas, aquisição de animais adaptados e equipamentos e instalações para o armazenamento de forragens. Além do mais, os juros médios são reduzidos (3% ao ano), os prazos longos (seis a dez anos) e a carência adequada (2 a 3 anos),

possibilitando que os investimentos feitos na estruturação das propriedades para enfrentar a seca, tenham tempo hábil de gerar retorno produtivo esperado.

No estabelecimento das negociações com o Governo e os Agentes Financeiros para disponibilização destes recursos, pôde-se constatar, ano a ano, um gradual reconhecimento de que as Cooperativas de Crédito, por estarem próximas aos agricultores e conhecerem a realidade local, são as mais indicadas para operacionalizar o crédito. Em 2006, o avanço destas negociações efetivadas pelos dirigentes, sob a assessoria do MOC, resultou no firmamento de um compromisso dos bancos do Brasil e Nordeste em aplicarem, através das Cooperativas, recursos da ordem de R\$ 10 (dez) milhões até junho de 2007, o que, acontecendo, dobrará a carteira atual das Cooperativas e possibilitará o acesso de mais, aproximadamente, 4.000 famílias ao crédito.

Para aprimorar a gestão das Cooperativas, o MOC incentivou e ajudou a ASCOOB a montar um departamento de gestão e das discussões surgiu a necessidade de se constituir uma Cooperativa Central de Crédito. O departamento de gestão da ASCOOB iniciou suas atividades de assessoria sistemática em agosto de 2004 e, a partir de então, sempre com a presença da assessoria do MOC, tem monitorado o funcionamento das filiadas.

Na outra vertente de se buscar a ampliação do crédito para os agricultores familiares da região,

Carteira de Crédito Rural da ASCOOB – dez/06 (R\$)

Cooperativas	Crédito de repasse	Crédito de mandatário	TOTAL
Sertão	483.031,00	1.025.316,00	1.508.347,00
Coopere	2.332.662,00	199.243,00	2.531.905,00
Itapicuru	1.361.533,00	151.293,00	1.512.826,00
Credite	455.066,00	143.274,00	598.340,00
Grande	24.425,00	552.759,00	577.184,00
Araci	875.031,00	125.030,00	1.000.061,00
Feira	453.489,00	38.382,00	491.871,00
Serrinha	545.786,00	111.109,00	656.895,00
Credimonte	305.113,00	434.869,00	739.982,00
Cocresul	23.393,00	47.563,00	70.956,00
Paraguassu	-	-	-
TOTAL	R\$ 6.859.529,00	R\$ 2.828.838,00	9.688.367,00



A ovino-caprinocultura é uma forma de produção adaptada ao Semi-árido e incentivada no processo de assistência técnica do Projeto Prosperar.

O COGEFUR foi criado pelo MOC e pelas Organizações parceiras com o intuito de agrupar, homogeneizar e qualificar os diferentes Fundos Rotativos Solidários existentes na Região, tanto aqueles diretamente administrados pelo MOC quanto os administrados pelas entidades parceiras.

Como ainda estava no início das suas atividades, esta nova organização carecia de um apoio mais sistemático do MOC, no sentido de ajudar a criar os mecanismos de gerenciamento eficiente dos recursos e toda a normatização que envolvia o relacionamento daquela instituição com os aplicadores finais dos financiamentos junto aos beneficiários que, no caso, foram privilegiadas as Cooperativas de Crédito por apresentarem, juridicamente, os meios legais de coibição da inadimplência.

Com isto, os Fundos Rotativos Solidários anteriormente dispersos, foram aglutinados. As regras comuns foram estabelecidas a partir de um processo bastante amplo e participativo. A inadimplência geral caiu e a nova Instituição tem conseguido gerir os recursos de forma eficiente, autônoma e democrática. O MOC, que na primeira gestão, ocupou a Secretaria Executiva, agora apenas participa como membro, assim como as demais 26 Instituições que compõem o Conselho.

Embora agrupado para efeito de administração, a contabilidade do COGEFUR permite a identificação da situação atual dos diferentes Fundos pelas fontes doadoras, estando inclusive preparado para eventuais auditorias externas. A

carteira total de crédito do COGEFUR alcançou em 2006, um número acumulado de 4.125 famílias beneficiadas e, apenas nos últimos 3 anos, 1.026 famílias tiveram acesso ao crédito com um montante total disponibilizado de R\$ 1.847.834,00. Com os retornos previstos para os próximos 3 anos, outras 1.650 famílias serão beneficiadas.

Concluída a estruturação inicial da Instituição, novos desafios se revelam agora com mais intensidade. Como conviver em complementariedade aos financiamentos oficiais e das Cooperativas de Crédito que atualmente, diferente do passado, são também atrativos às famílias de baixa renda? Como atuar num campo

A atuação do Subprograma de Agroindústria e Comercialização

23 *municípios*

32 *empreendimentos econômicos solidários*

17 *grupos de mulheres produtoras*

20 *jovens monitoras*

mais solidário e alternativo para continuar exercendo o papel de influenciar nas políticas públicas de crédito? São, sem dúvida, questões a serem enfrentadas. Porém, com o nível de maturidade alcançada, é possível se prever que não mais serão problemas apenas do MOC, mas deste coletivo que entende e reconhece a importância do crédito na alavancagem e fortalecimento das atividades produtivas no Semi-árido e possibilitam o acesso mais dinâmico das famílias de baixa renda aos mercados.

Apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, também, na perspectiva de ampliar o leque de possibilidades de geração de renda e



Os três Encontros Regionais de Agroecologia realizadas em 2006 ajudaram a difundir a proposta na área de atuação do MOC.

melhoria da qualidade de vida dos agricultores/as familiares, vem apoiando organizações produtivas localizadas em 16 municípios do semi-árido da Bahia, principalmente, nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe. Levando-se em consideração a necessidade de ampliar, cada vez mais, a diversificação das atividades econômicas tocadas por essas famílias, em função, inclusive, da característica peculiar da Agricultura Familiar, centrada na multifuncionalidade produtiva, os empreendimentos econômicos solidários buscam a agregação de valor aos produtos, gerando possibilidades de ampliação da renda das famílias envolvidas.

Neste sentido, foram desenvolvidas ações visando o apoio ao fortalecimento da produção, comercialização e promoção dos produtos, através do acompanhamento técnico aos empreendimentos, cujas principais linhas de atuação delineadas foram: a) acompanhamento técnico ao processo de gestão da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (Arco Sertão) e da Rede de Produtoras da Bahia, além dos Empreendimentos Econômicos Solidários filiados; b) acompanhamento técnico e realização de eventos de formação, junto aos empreendimentos, para melhoria do processo de gestão e produção, além da ampliação do acesso ao mercado e; c) promoção dos produtos da Agricultura Familiar, com estímulo ao acesso ao mercado institucional e solidário. Em virtude dos estágios diferenciados em que se encontram os 32 grupos de produção integrados por mulheres e dos 21

empreendimentos econômicos solidários – a maioria pequenas agroindústrias – apoiados pelo MOC, priorizou-se, ao longo de 2006, como atividades principais, o acompanhamento técnico, a realização de eventos de formação, a elaboração de planos de gestão e estudos de viabilidade econômica. Na perspectiva de ampliar e qualificar melhor as ações desenvolvidas contou-se, com apoio de instituições e entidades como a ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário/Central Única dos Trabalhadores), da SETRAS (Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia), e da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Uma estratégia importante para alcance dos objetivos propostos, no sentido de garantir o fortalecimento desses empreendimentos, foi o apoio dado a ARCO Sertão e a Rede de Produtoras da Bahia. Estas duas organizações, cuja gestão está a cargo dos próprios empreendimentos filiados, vêm, ao longo dos últimos anos, tentando garantir uma representação política destes segmentos, além de viabilizar a produção e a comercialização eficiente dos produtos. Como resultado mais imediato, estruturou-se uma Base de Serviços para ofertar sistematicamente apoio contábil e de relacionamento com o mercado (compras e vendas coletivas, emissão de notas fiscais, concorrências públicas, elaboração de projetos, marca e intermediação comercial).

Base de Serviços para os Empreendimentos

- Contabilidade
- Intermediação comercial
- Promoção dos produtos
- Marketing
- Informações de mercado
- Elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos
- Cursos de gestão

Por conseguinte, a ARCO Sertão e a Rede de Produtoras da Bahia, estão passando por processos de discussão de novo modelo de funcionamento, levando-se em consideração os aspectos jurídicos legais e a devida adequação à capacidade de gestão dos empreendimentos que as integram. Além disso, estas entidades têm buscado alternativas para o seu próprio fortalecimento e dos empreendimentos econômicos solidários filiados, apresentando e negociando projetos de infra-estrutura (galpões, máquinas e equipamentos) junto aos Governos Estadual e Federal e aos bancos.

Outro campo de atuação destas duas organizações assessoradas pelo MOC tem sido o de garantir a ampliação do acesso ao mercado consumidor, a partir da participação em feiras, exposições, eventos e outros espaços de comercialização e de promoção dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, no Brasil e no exterior. No mesmo sentido de ampliação da oferta, tem-se perseguido também o mercado institucional. Em 2006, um empreendimento já conseguiu garantir a contratualização de operações no valor de R\$ 43.601,04, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), beneficiando 20 agricultores e 520 consumidores, e seis outros empreendimentos estão com projetos de PAA em andamento, totalizando um valor de R\$ 297.279,96 e beneficiando 128 agricultores e 2.593 consumidores. Outros três empreendimentos



A experimentação prática – aqui a estocagem de forragens – e a troca de experiências entre os agricultores são fundamentais na assistência técnica.

mantêm, com regularidade, o fornecimento de produtos para a merenda escolar.

Enquanto estratégia de atuação, a consolidação de uma Base de Serviços vem se mostrando acertada, indicando, claramente, que esta ação deve ser ampliada para os próximos anos, através da qualificação e ampliação da equipe técnica. Para o futuro, deve-se ampliar o apoio a ARCO Sertão e Rede de Produtoras da Bahia, visando uma maior abertura do Mercado Institucional para os produtos oriundos da Agricultura Familiar, seja através da organização de produtores/as familiares, da realização de rodadas de negócios e da organização de eventos de promoção e divulgação. Fazer com que os empreendimentos da Agricultura Familiar possam ampliar suas vendas para as escolas, creches e Prefeituras Municipais, garantirá por um lado a ampliação da renda gerada pelo aumento das vendas, mas também o acesso da população a produtos de qualidade, característicos da Agricultura Familiar.

Outra ação, também de relevante importância, está na ampliação da organização da base produtiva, que deverá estar estruturada para fornecer os insumos necessários para consolidação, principalmente, das cadeias produtivas da ovino-caprinocultura, do mel e do artesanato, prioritárias para o desenvolvimento dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, enquanto vocações produtivas do Semi-árido.

Assim como no crédito foi possível estruturar e consolidar organizações como as Cooperativas de Crédito, a ASCOOB e o COGEFUR, no beneficiamento e comercialização da produção, foi possível incentivar o surgimento da ARCO Sertão e da Rede de Produtoras, a estruturação autônoma de uma Rede Regional de ATER com o protagonismo da juventude rural, coloca-se como o maior desafio do MOC para os próximos anos. O processo está em curso e existe um caminho delineado para afirmar os princípios institucionais de fazer sem substituir, empoderar e gerar autonomia.

Programa de Comunicação

Com atuação destacada junto à imprensa, na formação e assessoria à comunicação comunitária da Região Sisaleira e na construção de novos conceitos de divulgação do semi-árido, o Programa de Comunicação tem se tornado uma referência na região. A partir da sua inserção geográfica e temática no sertão baiano, o Programa construiu uma metodologia abrangente de capacitação, assessoria e produção na área de comunicação levando a proposta da convivência com o semi-árido até o público em geral, tanto através da mídia comercial como nas modalidades de comunicação comunitária e institucional.



Nesse contexto o objetivo de divulgar e difundir o conceito, as técnicas e experiências de convivência com o Semi-árido depara-se com um triplo desafio: Por um lado, conquistar o espaço exíguo dos grandes meios de comunicação do Estado e do País. Tenta-se, assim, promover pequenas rupturas na lógica capitalista desses meios, que desconsideram temas do campo, das áreas remotas do país e das camadas populares. Por outro lado, o desafio é conceber, produzir e fazer chegar ao público, meios e peças de comunicação que tenham a “cara” da região, com uma linguagem ao mesmo tempo acessível e sofisticada, para difundir as alternativas de convivência entre o público prioritário do MOC: os agricultores familiares, os trabalhadores rurais, os educadores do campo, as crianças e adolescentes, os jovens, as mulheres do campo, os militantes dos movimentos sociais e outros grupos que compõem a população do semi-árido, principalmente aquela da Região Sisaleira e do Sisal, territórios-foco da nossa atuação. Outro desafio, ainda, é fortalecer aquela comunicação que surge a partir do povo do próprio sertão, as rádios comunitárias e os comunicadores ligados aos sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de crédito rural e da agricultura familiar, associações comunitárias, entre outros.

Para encarar esses desafios o Programa de Comunicação investiu em três áreas de atuação: a assessoria e qualificação da imprensa, a produção de meios e peças de comunicação institucional e o fortalecimento da comunicação comunitária no Semi-árido.

Assessoria de imprensa para promover o Semi-árido

Na linha da assessoria de imprensa, o Programa de Comunicação desenvolve uma série de produtos e serviços de comunicação capazes de criar um fluxo contínuo de notícias e informações a partir do e sobre o Semi-árido. O objetivo é mudar o senso comum que encara o sertão como uma terra sem dinâmica ou fatos noticiáveis, pautado tão somente pela pobreza, pelas secas cíclicas, o abuso de poder dos coronéis, a migração para as cidades grandes, a

incapacidade de ter em mãos seu próprio destino, além de outras mazelas.

Uma importante ferramenta para criar esse fluxo contínuo é o Boletim Informativo MOC, um *Newsletter* eletrônico que chega semanalmente a mais de 700 destinatários, principalmente jornalistas e outros formadores de opinião. Em 2006, o Programa de Comunicação produziu 47 edições do boletim com mais de 370 notícias, além da agenda de atividades e eventos dentro e fora da região e da disponibilização de diversos arquivos complementares.

Sugestões de pauta sobre experiências bem sucedidas de convivência com o semi-árido e desenvolvimento sustentável e *press releases* sobre eventos na região mostram à imprensa que existem pautas interessantes no Semi-árido e que tem atividades de relevância desenvolvidas nessa região. Em 2006, o Programa de Comunicação produziu e enviou um total de 35 *releases* e pautas para a imprensa local, regional, estadual e nacional, gerando um impacto significativo em termos de matérias e notas publicadas e veiculadas.

Um dos motivos da pouca cobertura do Semi-árido é a própria distância – tanto geográfica como de concepção – que o separa da realidade vivida pela grande maioria dos jornalistas que atuam nos contextos urbanos das grandes capitais. Promover o contato presencial e pessoal com jornalistas para falar sobre essa



A “cara” do MOC, na forma da sua nova identidade visual, está presente nas mobilizações sociais da região – como aqui no Dia Internacional da Mulher em Feira de Santana.

realidade tão distante foi outra vertente do trabalho de assessoria de imprensa do MOC. Um total de 34 redações de jornais, emissoras de TV e estações de rádio em todo o país receberam visitas de técnicos do Programa de Comunicação, que buscaram aprofundar a compreensão dos profissionais de mídia sobre a temática do semi-árido. A partir dessas visitas, conseguiu-se construir um banco de contatos qualificado, registrando os interesses, o perfil e as preferências dos meios.

Para gerar um processo sistemático e contínuo, os contatos estabelecidos são mantidos através do envio de boletins, *releases* e sugestões de pauta, além de contatos telefônicos. Assim, o Programa de Comunicação está construindo um processo completo de assessoria de imprensa a serviço do Semi-árido. Faz parte dessa ação, também, o apoio à cobertura jornalística in loco, especialmente para equipes de TV e jornal, que aconteceu oito vezes em 2006. Nesses acompanhamentos sugerem-se e montam-se os

A clippagem do MOC por temáticas

(Base: 201 clippings)



roteiros de visitas, organizam-se e mobilizam-se as comunidades e se oferece apoio logístico aos jornalistas.

Para fechar o ciclo, o processo de assessoria e qualificação da imprensa precisa também do registro e da análise dos seus resultados. Por isso, o Programa de Comunicação realiza a *clippagem* sistemática e diária da produção jornalística sobre o Semi-árido nos meios de comunicação de maior circulação e impacto na Bahia. Além de *clippar* os jornais impressos, passou-se a gravar de forma sistemática todos os telejornais da TV Subaé e TV Bahia que atingem a todos os municípios de atuação do MOC.

Além de permitir a avaliação do impacto e da eficácia do trabalho de assessoria de imprensa, a análise da *clippagem* também constitui a base para a escolha e premiação dos jornalistas e meios de comunicação que mais se destacaram na cobertura do desenvolvimento sustentável do Semi-árido. O Prêmio Mídia Sertão Social, outorgado desde 2003, destacou na sua terceira edição entre outros uma matéria de jornal impresso e outra de TV que retrataram uma experiência de convivência com o semi-árido acompanhada pelo MOC: uma barragem subterrânea no município de Retiroândia.

Divulgando um sertão que dá certo

A segunda grande vertente do Programa de Comunicação é a produção de peças de comunicação que retratam e valorizam o Semi-árido e sua gente. Em 2006, o destaque foi a campanha “Nossa Agricultura é Familiar” que visa promover a imagem dos produtos da agricultura familiar. A campanha conta com cartazes, folders e uma série de peças radiofônicas que retratam e explicam as vantagens da agricultura familiar e dos seus produtos.

De forma constante e há mais de 30 anos, o MOC produz o programa de rádio semanal *Encontro com as Comunidades*, que atinge o público direto da entidade, agricultores familiares e trabalhadores rurais, valorizando as pessoas do semi-árido e as soluções criativas que encontraram para conviver com as condições naturais que essa região oferece. Tanto no programa de rádio como nos outros meios de comunicação produzidos, o MOC privilegia a fala das pessoas que fazem acontecer

e vivenciam as experiências e projetos de convivência com o Semi-árido. Em 2006, foram produzidos 41 programas com mais de 150 diferentes vozes falando do semi-árido.

Neste ano, surgiu um equivalente impresso ao programa de rádio: o “Bocapiu” (nome de cestos feitos de fibra trançada), um boletim impresso bimestral que apresenta experiências bem sucedidas de um sertão que dá certo, através de técnicas e conhecimentos de convivência com o semi-árido. O Bocapiu é enviado aos parceiros do MOC e distribuído em eventos e entre a imprensa. A repercussão que obteve mostra o acerto da estratégia de um boletim bem elaborado, onde as pessoas do Semi-árido são os protagonistas principais.

Outro veículo impresso que o MOC dispõe para difundir o conceito da convivência com o semi-árido é o jornal Giramundo, uma publicação bimestral com tiragem de 10 mil exemplares distribuídas nas escolas do campo e entre os

movimentos sociais da Região Sisaleira. Tematiza a questão do trabalho infantil e sua superação, os problemas decorrentes da pobreza e do descaso público, e experiências bem sucedidas de desenvolvimento social e econômico. É um jornal verdadeiramente do Semi-árido, pois tanto privilegia a temática do sertão em todas as dimensões (agricultura familiar, juventude, criança e adolescente, gênero, educação, água, políticas públicas, cultura) como é feito por pessoas que convivem com essa realidade – um grupo de jovens comunicadores comunitários associados na Agência Mandacaru, responsável pelo conteúdo jornalístico.

Dando acesso às informações da região para um público que não pode acessar os outros meios de alcance regional, o site do MOC (www.moc.org.br) reúne uma grande variedade de matérias que retratam, de forma realística, o Semi-árido. A presença na Web permite o acesso a informações diferenciadas, atualizadas e de qualidade. Através dele podem ser acessadas matérias exclusivas produzidas especialmente para o site, além dos programas e reportagens de rádio, jornais, boletins, *releases* e dos *clippings* produzidos pelo Programa de Comunicação. Em 2006, o site ganhou um novo *design* da sua página de entrada e um novo sistema de publicação que permite a busca no banco de notícias.

Fortalecimento da comunicação no Semi-árido

Para se tornar sustentável, um processo de desenvolvimento tem de ser assumido e dinamizado pelos seus próprios beneficiários. A partir dessa perspectiva, o MOC investe no fortalecimento da comunicação realizada na e pela própria região, pois acredita que somente assim a comunicação social consegue dar conta da complexidade e riqueza de manifestações sociais, econômicas, culturais e políticas existentes, fortalecendo uma identidade positiva dos sertanejos. Os habitantes do Semi-árido aparecem assim como sujeitos e produtores da sua própria mídia, com conteúdos contextualizados e antenados com a comunidade. Nesses veículos locais e regionais, a

Os resultados da comunicação do MOC

326 notícias sobre o semi-árido registradas

201 clippings abordaram ações do MOC ou foram fruto direto da nossa mobilização de imprensa

17 notícias abordaram de forma específica *Convivência com o Semi-Árido*

44 vezes o MOC e seus projetos apareceram na emissora regional de TV e 4 matérias foram veiculadas a nível nacional

82.000 acessos ao site do MOC em 2006

50.000 exemplares do jornal *Giramundo* impressos e distribuídos em escolas, jornadas ampliadas, sindicatos e outros espaços



Incentivar o trabalhar com meios de comunicação em sala de aula é o objetivo do projeto Educomunicação do Campo.

filosofia da convivência com o Semi-árido repercute de forma mais intensa e contextualizada do que em qualquer outro meio de comunicação.

Desde 2005, a Região Sisaleira conta com uma agência de comunicação voltada exclusivamente para o desenvolvimento sustentável do Semi-árido. Com um trabalho dedicado à produção de notícias para veículos de comunicação de organizações sociais da região, a exemplo do MOC, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité ou do Pólo Sindical do Sisal e Jacuípe, a entidade começa a se estabelecer como agência de notícias da Região Sisaleira. Equipada com um estúdio de gravação de áudio, equipamentos de filmagem e edição de vídeo, acesso a internet e outros equipamentos digitais, a Agência Mandacaru encerrou seu ciclo de estruturação em 2006, contando ainda com o acompanhamento e monitoramento do MOC. Num processo de conquista de autonomia, estabeleceu-se hoje como grande parceira no fortalecimento da comunicação nesta parte do Semi-árido da Bahia.

As rádios comunitárias da Região Sisaleira, acompanhadas pelo MOC através da Associação de Rádio e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro – Abraço-Sisal, desempenham o papel de veículos de comunicação a serviço da comunidade e difusores do conceito de convivência com o Semi-árido nas suas respectivas áreas de influência. O Programa de Comunicação promove capacitações temáticas e

técnicas que abordam e pautam os comunicadores sobre questões da convivência com o Semi-árido.

O fortalecimento da comunicação na Região Sisaleira também passa pelos movimentos sociais e suas organizações, que precisam de meios e processos qualificados para dar visibilidade às suas ações e propostas. Em 2006, o Programa de Comunicação realizou um diagnóstico da comunicação em 15 organizações sociais de caráter regional e identificou, entre outras questões, que 73% das entidades sociais da Região Sisaleira não dispõem de recursos financeiros específicos para a comunicação e 54% delas também não tem pessoal qualificado para desempenhar ações de comunicação. Disso resulta o fato de somente 20% das organizações manterem um programa de rádio próprio ou terem um boletim eletrônico, enquanto 33% produzem um boletim impresso e 40% dispõem de um site na internet. Esse diagnóstico foi apresentado e debatido no Seminário “Como está a Comunicação nas Organizações Sociais?”, realizado no dia 14 de setembro de 2006.

A partir do diagnóstico iniciou-se um processo de qualificação para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados ao Pólo Sindical do Vale do Jacuípe, identificado como uma das entidades com as maiores lacunas na área de comunicação. Além de iniciar um processo mais sistemático de comunicação, essa ação também visa qualificar a divulgação das atividades voltadas



O papel da comunicação nas organizações sociais da Região Sisaleira foi debatido no 5º Seminário Regional de Comunicação em Valente.

à convivência com o semi-árido e ao desenvolvimento sustentável do Território do Jacuípe.

Houve, também, demandas em outros lugares por conhecer melhor a experiência da comunicação voltada ao Semi-árido desenvolvida pelo Programa de Comunicação do MOC. Apresentou sua proposta e experiência no Seminário “Comunicação e Convivência com o Semi-árido – quem pauta quem?”, organizado pela UNEB de Juazeiro, e num seminário nacional sobre desertificação em Campina Grande, Paraíba.

Educomunicação do Campo

Outra forma que o MOC encontrou para apoiar o protagonismo das populações do semi-árido na comunicação social foi a educomunicação, entendida como um processo de formação de leitores ativos e críticos da mídia e, ao mesmo tempo, de produtores dos seus próprios meios de comunicação, focados nas necessidades e anseios de suas comunidades.

Em 2006, a linha de Educomunicação do MOC continuou no formato de projeto piloto, porém com resultados animadores e uma nova proposta. Em vez de atuar no ambiente das Jornadas Ampliadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), optou-se por iniciar um processo de educomunicação em escolas regulares do campo, participantes do Projeto CAT, em 3 municípios da Região Sisaleira (Conceição do Coité, Retirolândia e Valente), com 10 turmas, 10 educadoras e um total de 178 alunos.

Realizaram-se oficinas de qualificação dos educadores em práticas de produção e leitura de mídia nas linguagens de rádio e jornal. Em consequência disso, os educadores desenvolveram, de maneira autônoma, experiências de Educomunicação em sala de aula, na forma de programas de rádio e boletins impressos. Assim, a proposta pedagógica do Projeto CAT, que trabalha a convivência com o Semi-árido no âmbito escolar, é disseminada pelos próprios estudantes. Em todas as 10 escolas foram produzidos boletins (fanzines) e

jornais mural, que chegaram a circular entre as turmas e em outras escolas.

Como resultados, os educadores perceberam um maior interesse dos alunos pelos jornais de TV, os programas jornalísticos das rádios e pelos boletins e jornais impressos que chegam às escolas. As comunidades se mobilizaram para apoiar as ações, p.ex. adquirindo rifas para custear a impressão de boletins, e em 7 das 10 turmas fizeram visitas a rádios comunitárias e comerciais. Para driblar a falta de estrutura e equipamentos, surgiram soluções criativas como a “rádio-escola” com caixas de som na área externa da escola, na hora do recreio.

Os novos desafios para a comunicação

Levar a temática da convivência para os meios de comunicação que tradicionalmente não dão atenção ao semi-árido é um desafio a ser enfrentado com estratégias de longo prazo e muita persistência. Um dos caminhos para alcançar isso é promover uma análise mais aprofundada e qualitativa da produção jornalística e, a partir daí, dar um retorno sistemático aos meios e profissionais, a fim de qualificar a sua atuação nesse segmento. Outra via é articular parcerias dentro do semi-árido que trabalham com a convivência para garantir a disponibilização de pautas diversificadas e fontes qualificadas para a imprensa, especialmente a nível nacional.



O jornal Giramundo, cada vez mais com caráter regional, continua despertando o interesse dos seus leitores, estimados em 80 mil por edição.

Desafia, também, o objetivo de continuar fortalecendo a comunicação no próprio sertão através da qualificação dos diversos atores da sociedade civil no Semi-árido, tanto na área de atuação direta do MOC (especificamente no Território do Jacuípe), como nas outras áreas onde atuam entidades que ainda não têm setores de comunicação estruturados.

Diante da importância da comunicação comunitária para a difusão do conceito da convivência com o Semi-árido, o Programa de Comunicação optou em apoiar o surgimento de uma entidade regional que possa dar suporte e assistência às rádios da região, além de promover uma articulação a nível territorial. O fortalecimento institucional da Abraço-Sisal enquanto entidade representativa das rádios comunitárias da Região Sisaleira, apesar de bem sucedido a nível territorial, encontra seus limites, em âmbito local, no acompanhamento dos problemas cotidianos das emissoras afiliadas. Deficiências existem tanto na área da gestão, como na programação, na prática jornalística ou na organização interna. Trabalhar isso de forma coletiva, num ambiente que aglomera 19

emissoras com realidades distintas, mostrou-se pouco eficaz, trazendo a necessidade de repensar as formas de fortalecer a radiodifusão comunitária na região.

A organização interna também é um desafio no acompanhamento da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura. Superadas as dificuldades iniciais de estrutura física e equipamentos, é preciso ainda encarar com mais profissionalismo o atendimento as demandas das organizações sociais da região na área de comunicação, mantendo-se fiel à proposta de “valorizar e divulgar o Semi-árido”.

Pensando na própria sustentabilidade do processo da comunicação voltada para a convivência com o semi-árido, dá-se também o desafio da formação continuada de crianças, adolescentes, jovens e militantes na área de educomunicação, para que comecem a produzir seus próprios meios de comunicação, que mostram as possibilidades de convivência com o semi-árido, exercendo o direito à comunicação e sua cidadania.

Veja a relação completa das ações e atividades no anexo, p. 72



Programa Criança e Adolescente

Falar de Criança e Adolescente, atualmente, vem sendo uma constante no país. Na região semi-árida, então, esse segmento sócio-etário vem a cada dia ganhando mais espaços e, assim, se fortalecendo. Isso se deve, em grande parte, aos ainda alarmantes índices de analfabetismo, desnutrição, trabalho infantil e outras carências sociais a que as crianças, os adolescentes e suas respectivas famílias estão submetidos nessa região. Outro importante fator é a incipiente, mas ascendente, iniciativa da sociedade civil organizada e de organismos internacionais em pautar as questões do semi-árido brasileiro, como se nota nas ações da ASA e do UNICEF¹.



¹ A ASA (Articulação do Semi-árido) reúne mais de 900 organizações da sociedade civil e ficou nacional e internacionalmente mais conhecida pela concepção e execução do PIMC (Programa 1 Milhão de Cisternas) e a projeção a nível nacional de uma mentalidade de convivência com o semi-árido. O UNICEF lançou o SELO UNICEF Município Aprovado e estimulou o Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente.

Coerente a essa perspectiva e conforme sua missão de atuar numa linha de convivência com o semi-árido e para o desenvolvimento sustentável, o MOC fortalece seu debate sobre a criança e o adolescente no semi-árido baiano, criando, após seu processo de Planejamento Estratégico em 2005, o Programa Criança e Adolescente, o qual pretende contribuir na promoção dos direitos da criança e adolescente, com vistas à criação e a manutenção de um ambiente de desenvolvimento e segurança, através de projetos, ações e políticas de fortalecimento dos poderes locais, em especial, organizações da sociedade civil, lideranças, famílias, crianças e adolescentes nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, no semi-árido baiano.

Para tanto, a pretensão deste relato é apresentar ações realizadas e propostas que atendam à necessidade de mostrar que conviver no semi-árido torna-se essencial principalmente quando temos uma sociedade inteira se responsabilizando pela garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Até 1988, as crianças e os adolescentes eram vistos como “problemas” na sociedade, porque não eram considerados como cidadãos, dotados de direitos e de garantias especiais. De 1988 para cá, a questão da Criança e do Adolescente vem ocupando um espaço considerável na mídia (falada, escrita e visual) brasileira, nas reuniões de grande, médio e pequeno porte, nas Assembléias Políticas, dentre outros.

No Brasil, a Legislação é muito rica e variada no que diz respeito à promoção e garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Pode-se observar que no ano de 1988, a Constituição Federal, no Artigo 227, diz que é “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à



No Encontro Estadual de Avaliação do PETI foram apontados caminhos para a continuidade do Programa diante das novas políticas sociais do Governo Federal.

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Além da Constituição Federal, muitos são os documentos, decretos, acordos, leis, que o Brasil criou e assumiu tanto a nível interno quanto externo². Dentre eles dois se destacam³ a Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente, assinado pelo Governo Federal e os Governos Estaduais do Semi-árido junto com o UNICEF para melhorar os índices de qualidade de vida das crianças e dos adolescentes da região semi-árida brasileira.

Enfatizando mais a realidade do semi-árido baiano, podemos nos reportar ao MOC, que vem desenvolvendo ações estratégicas para garantir os direitos da criança e do adolescente na sua região de atuação. Uma das portas de entrada para a garantia desses direitos tem sido o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que há dez anos vem transformando a vida dos meninos e meninas que estavam expostos ao trabalho explorador, perigoso e degradante.

² Convenção Internacional dos Direitos da Criança, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Estatuto da Criança e do Adolescente, Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido, dentre outros.

³ Pode-se citar igualmente, também, esforços do CONANDA, dos Fóruns do PETI, de Combate à Violência e de Defesa da Criança, junto com a Frente Parlamentar, o Congresso e o Ministério Público em discutir e elaborar planos e ações, como os de Convivência Familiar e Comunitária, o PL “contra a palmada”, a Lei Maria da Penha e o do Governo Federal com o sancionamento da PNAS/SUAS.

Através do PETI muitas estratégias de fortalecimento da convivência no semi-árido têm sido expostas e realizadas pelo e com o MOC, as quais ressaltamos:

- Incentivo à leitura para mais de 60 mil crianças e adolescentes com a execução do Projeto Baú de Leitura;
- Capacitação pedagógica para 3.000 monitores das Jornadas Ampliadas;
- Geração de Renda para mais de 12 mil famílias, através do Projeto Prosperar/Repensar;
- Incentivo à criação de cooperativas de produção para que os produtos da agricultura familiar possam ser escoados para outros municípios/regiões;
- Mobilização da Sociedade Civil e do Poder Público para as questões de gestão do Programa, dentre outras questões que asseguram os direitos da Criança e do Adolescente.

Mobilização e capacitação para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes

250 pessoas participaram do Encontro Estadual de Avaliação do PETI no ano de 2006, dentre elas, gestores, crianças, adolescentes, monitores, famílias e demais parceiros como o Fórum Nacional do PETI

50 jovens lideranças de Assistência Técnica Rural que acompanham as famílias do PETI de mais de 40 municípios através do Projeto Prosperar foram capacitados sobre Direitos da Criança e do Adolescente

3 dos quatro municípios acompanhados fizeram um planejamento voltado para a construção de uma política efetiva para a criança e o adolescente

São ações como essas que o PETI tem desenvolvido nos mais de 45 municípios onde o MOC atua.

Mas, não é apenas com o PETI que o MOC discute e atua na garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. O Programa Criança e Adolescente do MOC tem promovido ações e atividades com vários segmentos da sociedade, no que diz respeito ao Sistema de Garantia de Direitos, seguindo os seus objetivos específicos que são:

- Fortalecer e articular ações e políticas de Criança e Adolescente no MOC;
- Estimular a garantia, a defesa e a aplicação dos direitos das crianças e dos adolescentes, e o desenvolvimento de políticas de Criança e Adolescente, nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe;
- Apoiar e executar projetos experimentais sobre direitos da Criança e Adolescente e promoção de políticas para Criança e Adolescente nos territórios do Sisal e do Jacuípe.

Para tanto, são realizadas ações que em nível regional tentam sensibilizar atores da sociedade e agregar valores à temática em questão. Exemplos como a participação e intervenção das organizações sociais como os Pólos Sindicais (Sisal e Jacuípe), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Associação de Rádio e TVs Comunitárias do Território Sisaleiro (Abraço-Sisal) e a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura vêm mudando a realidade da região semi-árida baiana no que diz respeito à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Um outro eixo de ação sobre o sistema de garantia de direitos vem sendo realizado no âmbito municipal, onde se pretende trabalhar a realidade local para transformar a situação num âmbito regional. As ações com os municípios Conceição do Coité, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe e Santa Luz têm se dado de forma muito participativa e envolvente, principalmente quando se percebe que os municípios estão mostrando a preocupação e a vontade de “enxergar” a criança e o adolescente como “sujeitos de direitos”. Foram realizados diagnósticos sobre várias áreas

em que a criança e o adolescente estão de fato como centro do processo.

São várias as diferenças entre os municípios, assim como são diversos os conflitos entre os atores sociais que estão à frente das políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente. Porém, com a sensibilização sobre a temática alguns resultados podem ser apontados, como por exemplo, a “vontade política” de erradicar a violência sexual doméstica infanto-juvenil.

O município de Nova Fátima pode ser considerado um bom exemplo, principalmente no que diz respeito à implantação de um Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado recentemente para discutir questões referentes à criança e ao adolescente e envolvendo setores do município ligados à segurança pública, justiça, saúde, educação, sociedade civil, poder público e instâncias de deliberações e fiscalização como o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

Em um nível mais amplo do processo de sensibilização e intervenção nas políticas sociais relacionadas à criança e ao adolescente é válido destacar algumas ações que envolvem atores regionais, estaduais, nacionais e internacionais como, por exemplo:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI:

- Reuniões da Comissão Estadual do PETI que delibera sobre o funcionamento do Programa em nível estadual;
- Reuniões da Comissão Regional do PETI que servem de espaços de formação, discussão e deliberação de questões relacionadas ao funcionamento do PETI;
- Fórum Nacional do PETI que tem ações concretas de discussão sobre o funcionamento do Programa no país.

Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido:

- Criação do Comitê Estadual do Pacto pela Infância, que agrega todas as Secretarias do



A mobilização da imprensa permitiu em 2006 uma ampliação da cobertura da mídia de eventos como o Encontro Estadual do PETI em Feira de Santana.

Governo Estadual e representação regional da Sociedade Civil;

- Criação do Comitê Nacional do Pacto pela Infância, que agrega além do UNICEF ministérios e setores do Governo Federal e entidades nacionais como a Fundação Abrinq, a Rede ANDI e a ASA.

São estas ações que incentivam a continuidade de um ambiente onde possam ser geradas estratégias transformadoras e fortalecedoras de um processo que há muito tempo vem se construindo no Semi-árido. Não se pode mais pensar num semi-árido em que as pessoas não têm vez e voz, mas sim transformar esta idéia e gerar espaços sociais onde as pessoas busquem o seu protagonismo e consigam de fato escrever a sua própria história, não se diferenciando dos outros, mas se auto-incluindo num processo que deve ser compartilhado e absorvido por outros atores.

Os desafios

É mister pensar em ações que possam cada vez mais ser compartilhadas e geridas de forma participativa e inclusiva. E para isso o Programa Criança e Adolescente do MOC tem desafios para por em prática o seu objetivo geral, a saber:

- A absorção e prática da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por parte dos municípios, entendendo municípios não apenas o poder público, mas a sociedade como um todo;

- Investir em mais capital social nas atividades relacionadas ao Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido que tem ações voltadas para a transformação da criança e do adolescente, porém há uma certa ausência de “vontade política” para que essa transformação aconteça;
- A continuidade das ações estaduais que se desenvolve dentro e a partir do PETI;
- Maior sensibilização de outros setores da sociedade, com relação à transversalidade que a temática traz;

A vontade de transformação permanece e para isso é necessário saber que “está na hora de devolver ao cidadão brasileiro de qualquer idade, de qualquer lugar, a capacidade de cobrar o que foi dito, seja na lei, seja no discurso”.

“Garantir à criança e ao adolescente, enquanto pessoas em desenvolvimento, adequadas condições para um crescimento saudável, integrado e pleno é o prenúncio para o florescimento deste novo tempo que tanto ambicionamos” (ECA, 1990).

Veja a relação completa das ações e atividades no anexo, p. 74



As crianças do Semi-árido: sujeitos de direitos a serem conquistados e fortalecidos.

Programa de Educação do Campo

O Programa de Educação do Campo do MOC desenvolve suas ações visando contribuir na construção e execução de políticas públicas de educação, para a convivência com o Semi-árido, buscando assim, o desenvolvimento territorial sustentável, valorizando a identidade e cultura locais, através da construção de conhecimentos que sirvam para melhorar a vida da população do campo e fortalecer a agricultura familiar.



Neste sentido, o programa trabalhou em quatro linhas de ações intercomplementares: subprograma de formação de educadores/as das escolas municipais do campo; subprograma de formação de educadores/as da Jornada Ampliada (ações sócio-educativas) do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; subprograma de formação de educadores/as para a leitura crítica e lúdica com o Projeto Baú de Leitura e, buscando fortalecer a dimensão de educação integral, ações educativas integradas, envolvendo representantes da sociedade civil, gestores públicos, coordenadores/as e educadores/as. Desta forma, as ações desenvolvidas buscaram contribuir e demonstrar que é possível ter qualidade de vida no Semi-árido.

Ações estratégicas de Educação para a Convivência

O Programa de Educação atua hoje em 56 municípios do Semi-árido baiano, com uma metodologia que valoriza os sujeitos, seus diferentes saberes e culturas, jeitos de ser e de produzir, através do **Conhecer** (pesquisa) a realidade, **Analisar** os dados obtidos, produzir conhecimentos voltados para a realidade local devolvendo estes à comunidade a fim de buscar-se, coletivamente, **Transformar** essa realidade, encontrando soluções para os problemas identificados.

Ajudando a aprofundar a temática da convivência com o Semi-árido, de sorte a criar condições de melhor conhecê-lo e fazer a escola/educação descobrir melhores alternativas para conviver com ele, foram realizados estudos com educadores/as do campo e representantes da sociedade civil do projeto CAT¹, sobre agroecologia, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional utilização/destino dos produtos colhidos, comercialização e armazenamento dos produtos locais e políticas públicas de educação para o Semi-árido, estudos esses que chegam às comunidades através dos

¹ O Projeto de formação de professores CAT – *Conhecer, Analisar e Transformar* a realidade do campo, para um melhor acompanhamento e planejamento das ações trabalhou em três grupos diferenciados: os mais experientes (10 municípios), os novos que fizeram a formação em 2005 (08 municípios) e outro mais novos, que preparou sua equipe pedagógica este ano, para iniciar com os professores em 2007. Também neste grupo esteve participando o município de Ibiassucê. Em todos estes grupos, estão representantes da sociedade civil organizada do Semi-árido da Bahia.

O projeto CAT em números

19 municípios acompanhados pelo MOC

1.521

professores do campo do Semi-árido aplicando uma metodologia específica de educação contextualizada para o local

35.488

crianças de 687 escolas do campo construindo conhecimento para transformar a realidade

3.871 famílias entrevistadas sobre os produtos colhidos

conhecimentos produzidos pelas escolas. Todos estes estudos realizados pelo MOC e coordenadores municipais foram multiplicados pelos educadores e representantes da sociedade civil, nos municípios e comunidades com reflexões e encaminhamentos feitos com as famílias.

Alguns destes estudos, como agroecologia, agricultura familiar, produção e comercialização, também foram realizados nos Encontros trimestrais de Coordenadores/as da Jornada Ampliada do PETI, ou seja, das ações sócio-educativas e complementares à escola, provocados pela pesquisa sobre a produção familiar, visando identificar quem e o que se produz, para depois tentar inserir na alimentação escolar e contribuir na valorização dos produtos e geração de renda das famílias.

Outra ação estratégica desenvolvida nos

encontros do CAT e com coordenadores/as da Jornada Ampliada foi o estudo dos Planos Municipais de Educação, verificando qual deles tinha incluído a Educação do Campo e educação integral ou as ações socioeducativas do PETI, incentivando os educadores/as a participarem e provocarem os gestores municipais, a sociedade civil para construção de políticas públicas.

Também no subprograma da Jornada Ampliada (ações sócio-educativas) foram realizados cursos de formação para os municípios novos, uns totalmente assumidos pelos municípios, e outros apoiados pelo MOC, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, inserindo nos seus planejamentos a dimensão do desenvolvimento sustentável do Semi-árido. Assim, nos cursos estudou-se e debateu-se meio ambiente, relações sociais de gênero, arte e recreação, teatro, leitura contextualizada e prazerosa, noções de planejamento estratégico, dentre outros elementos. Para os municípios que estão há mais tempo no PETI, foram realizados alguns cursos para avaliação da prática e aprofundamento da metodologia, com temáticas específicas.

Este ano, na Jornada Ampliada, a partir do grupo de Coordenadores Municipais (rede de multiplicadores) foram realizados encontros de intercâmbio de avaliação da prática, aprofundamento de temáticas como agricultura familiar, produção e comercialização. Dentro desta temática, e, a partir da campanha de plantio de árvores frutíferas adaptadas ao Semi-árido, foi iniciada uma pesquisa feita por crianças e educadores/as para conhecer a produção agrícola familiar. A partir desta pesquisa, buscou-se melhorar a produção das famílias e contribuir

para a própria alimentação escolar. No processo da pesquisa, enquanto as crianças entrevistavam as famílias, iam, também, produzindo conhecimentos para a melhoria de vida de suas famílias.

Nestes espaços de troca de saberes, eram incentivadas as diversas dimensões humanas: artísticas, esportivas, afetivas, recreativas, físicas, possibilitando aos educadores multiplicarem as Jornadas Ampliadas de seus municípios. Criando e recriando, culminando com realizações de mostras de arte e cultura municipais e regionais, onde era apresentada toda a criatividade das crianças e adolescentes do PETI, os educadores demonstraram que é possível fazer arte, brincar, elevar a auto-estima e erradicar o trabalho infantil, com uma educação integral e de qualidade.

Incentivando o gosto pela leitura no Semi-árido

Como ação complementar às outras linhas de ações (CAT e Jornada Ampliada) o Programa de Educação continuou desenvolvendo atividades de incentivo à leitura contextualizada para o Semi-árido, através do Baú de Leitura. Este projeto incentiva o gosto duradouro pela leitura, de forma prazerosa e contextualizada e crítica, através de histórias infanto-juvenis e de uma metodologia específica de formação de educadores/as do campo (tanto do CAT quanto da Jornada Ampliada).

Neste ano de 2006, buscou-se inserir a leitura nas políticas públicas para contribuir com a qualidade da educação do campo, bem como fortalecer a identidade cultural no Semi-árido. Dessa maneira, nos encontros realizados com educadores/as e coordenadores/as do projeto, algumas temáticas foram aprofundadas, como políticas públicas, o papel social do educador, fortalecimento da identidade, leitura contextualizada, avaliação da prática e aprofundamento da metodologia do projeto, através de leitura de histórias e produção textual. Foram realizados encontros e cursos com educadores/as para formação inicial (sensibilização) e de aprofundamento da

A pesquisa do CAT

Identificação dos principais produtos colhidos pelas famílias dos alunos e a porcentagem para venda e consumo

Produtos colhidos	Qtd. produzida	% para consumo	% para venda
Feijão	30.780	23%	77%
Milho	15.659	12%	88%
Farinha	3.603	52%	48%

metodologia para melhorar a prática dos/as educadores/as junto às crianças e adolescentes.

A caminho da educação integral

Além destas três linhas de ação, foram feitas algumas atividades de ações educativas integradas, no sentido de construir e fortalecer uma concepção de educação integral, através de seminários, reuniões com a sociedade civil e poder público, encontro regional de educação integral, incentivo à realização de mostras de arte e cultura nos municípios e regiões, onde se demonstrou a importância da educação trabalhar no desenvolvimento das várias dimensões humanas: afetiva, física, esportiva, emocional, sócio-política, artística, dentre outras. Assim, temos como pressupostos que crianças e adolescentes do Semi-árido, têm direito a serem educados integralmente, a partir do local onde vivem, vinculadas às suas culturas, como direito humano universal e social.

Todos esses estudos, subsídios à prática pedagógica dos educadores, muitas vezes semelhantes nos três subprogramas, ajudaram no desenvolvimento dos/as crianças, adolescentes e educadores/as, na valorização do meio ambiente do Semi-árido, criando novos conhecimentos que poderão ajudar as pessoas a viverem melhor no seu habitat, respeitando mais a natureza, cultivando variados produtos naturais e saudáveis para a alimentação familiar, aprendendo e utilizando alternativas de produção agrícola natural e econômica no local, além de maior valorização da sua própria cultura, não apenas de imagem do “sertanejo sofredor”, da “seca”, da “fome”, mas de um povo que luta, que produz, que tem criatividade, que dança, que ri, que festeja, que é capaz de conviver com as diferenças e as adversidades do Semi-árido e buscar alternativas para solucionar os problemas, através, também, da educação.

Resultados alcançados

Como fruto de todo um processo de capacitação, alguns resultados podem ser identificados a partir do trabalho dos/as educadores/as, com as crianças e famílias. Hoje,

identifica-se 50% das famílias envolvidas na atuação do CAT armazenando sementes (sem inseticidas químicos) para o plantio do ano seguinte; 70% melhoraram a alimentação familiar, incluindo verdura e frutas no seu cardápio; muitas hortas feitas nas escolas como aprendizado para os/as alunos/as e incentivo às famílias para fazerem também, são aproveitadas na alimentação.

Nos municípios de Valente e Retirolândia algumas destas hortas já são “hortas de verão”, técnica apropriada ao Semi-árido. Atividades desenvolvidas também na Jornada Ampliada em outros municípios.

Com a luta das cooperativas de produtores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, alguns municípios já conquistaram lugar nas escolas para tais produtos, junto ao poder público local ou junto ao Conselho de Alimentação Escolar. No plantio e tratamento com a terra, já não se vêem mais queimadas em sete municípios mais antigos na proposta e nos que iniciaram a aplicação da metodologia este ano, houve uma redução de 30% das queimadas.

Assim como na Jornada Ampliada, prosseguiu-se o plantio de árvores frutíferas adaptadas ao Semi-árido. Algumas escolas já instalaram nos seus espaços “viveiros”, preparando mudas de árvores frutíferas do Semi-árido para distribuir com as famílias. Estas ações vêm acompanhadas de discussões sobre “desertificação” provocada pela ação humana, com o desmatamento desorganizado e também sobre convivência com o Semi-árido.

Neste trabalho de orientação para o plantio e organização das hortas, contou-se em quase todos os municípios com o apoio de técnicos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do grupo PROSPERAR e dos jovens do ATER.

Vê-se também nos municípios um crescente movimento de autonomia e compromisso com a educação. Prova disso são os encontros de avaliação e planejamento que foram mais assumidos e realizados pelos próprios

municípios, chamando o poder público para sua responsabilidade, além de outros eventos de discussão e aprofundamento da temática da Educação contextualizada.

Outra conquista, este ano, foi o apoio da sociedade civil organizada (mais especificamente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar) ao trabalho das escolas nos municípios. Dos 19 municípios que vêm trabalhando com o CAT, 14 indicaram um representante para acompanhar o trabalho educacional. Além disso, vários outros participam dos encontros, seminários para debater ações educativas. Estes representantes participam das atividades gerais do CAT no município (dias de estudos e reuniões) e dos seus encontros intermunicipais, assim como dos encontros regionais da Jornada Ampliada e do projeto Baú de Leitura. Dessa forma, fortaleceu-se mais a experiência nesses municípios e o controle social e político pôde ser melhor exercitado.

A Jornada Ampliada, enquanto importante instrumento de combate ao trabalho infantil, desenvolveu suas ações sócio-educativas complementares à escola, através dos cursos e encontros de troca de saberes. Hoje cerca de 70% dos 78 coordenadores/as municipais, estão capacitados para melhor desenvolver as ações socioeducativas de convivência, na perspectiva do Semi-árido e do desenvolvimento sustentável.

Tendo a cultura e a arte como um dos principais elementos do desenvolvimento das crianças e adolescentes, no processo do trabalho, através da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, os educadores desenvolveram com as crianças e adolescentes, atividades artísticas e culturais, que buscavam construir conhecimentos, especialmente sobre as temáticas estudadas, a partir do lúdico, dos jogos e das brincadeiras infantis.

Neste sentido, foram realizadas 19 Mostras de Artes Municipais e 03 Regionais, onde eram apresentadas, para outros atores sociais, a

A Jornada Ampliada (ações sócio-educativas) em números

53 municípios assessorados pelo MOC através dos/as Coordenadores Municipais da Jornada Ampliada

76 Coordenadores/as Municipais assessorados pelo MOC, multiplicando as ações e realizando o planejamento municipal

1.646 educadores acompanhados pelo MOC e desenvolvendo ações nas Jornadas

57.803 crianças freqüentando as ações socioeducativas da Jornada

36.366 famílias inseridas no PETI

19 Mostras de Arte e Cultura Municipais realizadas em 03 Regionais

51.774 (de 2003 a 2006) árvores frutíferas adaptadas ao Semi-árido, plantadas e sendo cuidada, a partir da ação da Jornada Ampliada

Pesquisa realizada por crianças e adolescentes da Jornada Ampliada sobre a produção familiar

- 12.055 famílias entrevistadas em 27 municípios, sendo que destas
 - 9.574 produzem, dos quais 8.651 com recursos próprios e somente 925 possuem linha de crédito
 - 6.762 produzem exclusivamente para subsistência familiar
 - 2.555 consomem e comercializam seus produtos
 - 257 famílias produzem apenas para comercialização
 - 8.062 produzem galinha caipira, criando 79.297 cabeças de galinhas, produzindo 15.965 dúzias de ovos por semana
 - 3.064 famílias têm criatório de caprino/ovinos, totalizando 26.512 cabeças
- Para a produção as famílias utilizam a água de
 - represas e açudes e tanques: 5.181
 - cisternas: 1.548
 - encanada: 2.674
 - poços e açudes subterrâneo: 171

criatividade das crianças: pinturas, artesanatos, músicas, dança, teatro, produção textual, dentre outras, que eram produzidas a partir da sala de aula nas Jornadas.

Em 2006, uma pesquisa realizada pelas crianças e educadores/as, proporcionou um maior conhecimento da realidade da produção agrícola das famílias do PETI, fortalecendo a agricultura familiar, dando continuidade ao plantio de hortas e de árvores frutíferas adaptadas ao Semi-árido. Especialmente as hortas de verão, implementadas em mais de 12 municípios, serviram como experiências para outros.

Em relação ao Projeto Baú de Leitura, este ano, os municípios assumiram mais os Encontros de Sensibilização de educadores novos e de aprofundamento da metodologia, caminhando para mais autonomia e afirmação do compromisso com a educação. Da mesma forma, outros espaços de formação foram abertos nos municípios e regiões, por iniciativa dos educadores, que integram e fortalecem os laços de troca de saberes,

cooperação e solidariedade entre educadores e municípios nos Seminários Intermunicipais de Leitura, Núcleos de Leitura Regionais e Mostras de Arte e Leitura, contribuindo para fortalecer a identidade territorial.

Além destes espaços de formação, o Grupo de Trabalho Estadual do projeto, tem ampliado suas ações a partir de Encontros Regionais, buscando diálogo entre sociedade civil e poder público, sobre as demandas e expectativas em relação à leitura, e estruturação de ações alternativas que dêem sustentabilidade política ao projeto, vislumbrando as políticas.

Dando continuidade a uma pesquisa realizada, em 2005, por educadores/as sobre o desenvolvimento dos potenciais criativos das crianças: habilidades leitoras, produção textual e artística etc, foram construídos diagnósticos os quais foram apresentados e discutidos em espaços sociais e políticos dos municípios, como Associações, Câmara de Vereadores, escolas e comunidades. Estes diagnósticos constituíram-se em instrumentos políticos de divulgação dos impactos do projeto, no desenvolvimento das crianças e comunidades e, também, reivindicação por políticas públicas de leitura e melhoria da qualidade da educação. Um exemplo disso, é o crescente aproveitamento do acervo existente nos municípios, aumentando, assim, o número de Baús e de espaço leitor. Em 2006, elaborou-se o diagnóstico com os dados e indicadores da caminhada a serem devolvidos em 2007,



Parceiros do MOC prestigiaram o Seminário de Lançamento do Livro Baú de Leitura – Lendo Histórias, Construindo Cidadania.

possibilitando referenciar o processo de desenvolvimento do projeto e das pessoas envolvidas.

Como resultado de uma caminhada de seis anos, este projeto teve suas experiências sistematizadas num livro “BAÚ DE LEITURA: Lendo Histórias – Construindo Cidadania”, trazendo razões do surgimento do projeto, a metodologia e a vivência do trabalho nos Estados da Bahia e Sergipe, buscando a universalização da metodologia do projeto. Este livro tem se tornado uma referência para que outras pessoas e municípios e até Estados possam conhecer a proposta do projeto, o contexto no qual está inserido e sua metodologia, que pode ser adequada ou multiplicada em qualquer realidade, subsidiando estudos, incentivando a ampliação do projeto nos municípios que já trabalham com a metodologia do Baú e seduzindo a outros. O projeto Baú de Leitura teve a oportunidade de expor sua experiência no Salão Nacional dos Territórios e na Oficina do MEC – Diferentes e Diferenças – ambas em Brasília, e abrir espaços de discussão sobre a necessidade de políticas públicas de leitura, que não apenas possibilitem o acesso aos livros, mas que se proponha a estruturar um processo de formação de educadores/as para desenvolverem uma metodologia diferencial e sedutora. Assim, o projeto Baú de Leitura segue sua caminhada fortalecendo a identidade cultural dos indivíduos e da coletividade, desenvolvendo a auto-estima e contribuindo para a construção social e política dos sujeitos do Semi-árido, melhorando a qualidade da educação.

Desafios e dificuldades percebidas

Durante a caminhada do programa foram percebidos desafios que passam pela relação entre os atores sociais dos municípios - poder público e sociedade civil e a falta de vontade política para assumir a proposta como uma política pública de educação. Em consequência disso, foram frequentes as saídas de coordenadores municipais dos projetos, fragmentando-se um processo que vem sendo construído, com investimento humano e

financeiro na educação. Também outras dificuldades de caráter estruturante como falta de material didático e de apoio às atividades nas escolas e UJA's (Unidades da Jornada Ampliada), espaços de reunião e planejamento, assim como a falta de transporte para visitas e acompanhamento “in loco” da prática pedagógica dos/as educadores/as, tornou difícil o desenvolvimento das ações.

Nesta perspectiva de construção de política de educação, especialmente na disponibilização de orçamento municipal, um outro desafio para o MOC em 2007, é envolver os gestores municipais, para assumirem os processos de formação/capacitação dos educadores/as e coordenadores/as, do CAT, Jornada Ampliada, Baú e Leitura, melhorando a qualidade das ações educativas. Outro desafio que se apresenta é envolver mais a sociedade civil organizada, contribuindo na sua capacitação para intervenção, implementação e execução de políticas públicas de educação, especialmente de educação do campo no Semi-árido. Assim, o Programa de Educação do Campo vai caminhando, com desafios e sonhos, construindo uma educação mais contextualizada e qualificada e que contribua com o desenvolvimento das pessoas e do Semi-árido.



As Jornadas Ampliadas do PETI continuam um dos focos de atuação do Programa de Educação do Campo.

O Projeto Baú de Leitura em números

48 municípios do semi-árido assessorados pelo MOC com o Projeto

26.380

crianças de 402 comunidades do campo desenvolvendo a leitura lúdica e contextualizada com o Baú de Leitura

864 Baús de Leituras circulando nas escolas e Jornadas do campo Educadores/as capacitados para trabalhar leitura de forma contextualizada, prazerosa, crítica e lúdica com crianças e adolescentes do semi-árido

204 trocas de Baús de Leitura, possibilitando o acesso de educadores e crianças a novos acervos e experiências literárias

9.972

crianças lendo mais de 6 livros da literatura e 1.642 crianças freqüentando casas de leitura e bibliotecas ampliando o acesso a leitura

2.192

famílias se inserindo no projeto através da leitura dos livros

4.135

crianças se apresentando nas comunidades, 365 nos conselhos e câmaras municipais e 148 em programas de rádios comunitárias

Divulgando, universalizando, ampliando e fortalecendo as ações

O Programa de Educação tem ações no Semi-árido da Bahia, mas que se projeta no Estado, em outros Estados, em âmbito nacional e por vezes até internacional. Neste sentido, divulgando e fortalecendo nossas ações a equipe do Programa participou de diversos espaços educativos, que também se constituíram em momentos de capacitação para a própria equipe, a exemplo da IV Feira do Semi-Árido, do Seminário Estadual O Semi-Árido na Pauta das Universidades, Conferência Nacional da RESAB (Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro), Seminário Nacional Tecendo Redes para Educação Integral, Seminário Latinoamericano de Educação Popular e Movimentos Sociais do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos para América Latina), Foro Internacional Dignidad sin Perdida - "Estrategias

educativas y sociales para la niñez jornalera agrícola migrante", realizado no México, em março. Além destes espaços, houve outros que contribuíram para o MOC socializar, trocar experiências e



O incentivo à leitura crítica e prazerosa é o grande objetivo do projeto Baú de Leitura.

ampliar a dimensão do trabalho. Por outro lado, estes espaços se constituem em reconhecimento externo da importância do trabalho no processo de transformação social, através da educação.

Considerações Finais

No desenvolver das nossas ações no ano de 2006, reforçamos, de maneira mais evidente, que os povos do campo do Semi-árido têm direito a uma educação de qualidade, a partir do local onde estão inseridos, que respeite e valorize suas identidades, seus valores, suas culturas e produza conhecimento que estimule e promova a mudança da realidade. É nesta perspectiva que o Programa de Educação do Campo vem atuando nas suas linhas de ação: formação de educadores do CAT, Jornada Ampliada e Baú de Leitura, também com outros sujeitos sociais, como representantes da sociedade civil, agricultores familiares, gestores municipais, dentre outros, nas ações integradas de educação. Uma educação integral, aqui entendida não apenas em tempo, mas em conteúdos, pensada nas dimensões humanas, na participação, para a convivência com o Semi-árido, só é possível construir a partir de parcerias e de construção de redes com todos estes sujeitos sociais.

Enquanto uma proposta pedagógica de educação conseguimos avançar, principalmente a partir dos

encontros, cursos, troca de saberes entre os/as educadores/as e coordenadores/as. Porém, continua nosso grande desafio, que é o dos municípios assumirem a proposta, incluindo-a nas suas políticas municipais de educação, garantindo-a nos orçamentos municipais. Para isto é realmente necessária uma ampla mobilização dos sujeitos sociais: educadores/as, sociedade civil, gestores, organizações governamentais e não governamentais. Como parte destas perspectivas, a necessidade, de também, que os municípios assumam o processo de formação/capacitação dos educadores/as e coordenadores/as.

Continuaremos em 2007 desenvolvendo ações que fortaleçam esta concepção, construindo e desenvolvendo valores éticos, respeito às diversidades na convivência com o Semi-árido, visando a garantia de direitos e à proteção integral, especialmente das crianças e adolescentes. Estes valores são pilares necessários à construção de um mundo sustentável, a partir do local onde as pessoas estão inseridas. Isto não é apenas um sonho, mas uma realidade concreta e possível.

Veja a relação completa das ações e atividades no anexo, p. 76



Criança de Retiroândia apresentaram o projeto Baú de Leitura no evento “Diferentes Diferenças”, realizado pelo Ministério da Educação, em Brasília

Programa de Gênero

No Semi-árido mais do que no resto do país, o contexto cultural privilegia o homem e coloca a mulher em uma situação de subordinação, mascarando suas potencialidades e capacidades, reforçando assim sua invisibilidade. Os diferentes papéis sociais dados ao homem e à mulher são ainda largamente aceitos e a mulher não participa plenamente das atividades de sua comunidade, não desfrutando de todos os benefícios, nem contribuindo de forma mais decisiva na elaboração de políticas locais.



O Semi-árido Brasileiro é uma região plena de contrastes — nela convivem em suas formas mais extremas pobreza e riqueza, escassez e abundância. Pelo fato de possuir baixos índices de pluviosidade, irregularidade na distribuição das chuvas e temperaturas elevadas, a região do Semi-árido é na maioria das vezes pré-concebida como um espaço de miserabilidade, um universo de pobres retirantes, terras improdutivas, poucos recursos, e onde, vez por outra, políticas de cunho assistencialistas são aplicadas, sem, contudo, desenvolver a autonomia dos atores sociais envolvidos.

Dada tal situação, homens e mulheres do campo se articulam de várias maneiras a fim de vencer as adversidades que lhes são impostas, realizando atividades conjuntas voltadas para o sustento da família, que envolve o processo de produção agrícola, captação de água, renda, entre outras.

Todavia, o contexto cultural privilegia o homem e coloca a mulher em uma situação de subordinação, mascarando suas potencialidades e capacidades, reforçando assim sua invisibilidade. Os diferentes papéis sociais dados ao homem e à mulher são ainda largamente aceitos, mesmo com a participação crescente da mulher no mercado de trabalho. A pesada responsabilidade doméstica, que lhe é imposta, ainda constitui um sério problema, pois esta não é reconhecida e valorizada. O homem ganha notoriedade, visibilidade, enquanto as atividades femininas sendo feitas, predominantemente, no espaço doméstico ficam invisíveis à sociedade. Neste sistema, a mulher não participa plenamente das atividades de sua comunidade, não desfrutando de todos os benefícios, nem contribuindo de forma mais decisiva na elaboração de políticas locais.

Dentro deste quadro coloca-se a questão de como intervir em sua realidade, para o empoderamento da mulher trabalhadora rural na luta por seus direitos, evocando e fomentando a participação das mesmas

em políticas públicas, trabalhando questões como: relações sociais de gênero, identidade, auto-estima, metodologias participativas, organização de grupos, desenvolvimento rural, economia solidária, políticas afirmativas, crédito rural, associativismo, cooperativismo de crédito, agroecologia entre outros, numa perspectiva inclusiva.

É neste contexto que surge o Programa de Gênero que tem por finalidade promover e incentivar condições que possibilitem a promoção da equidade entre mulheres e homens e por outro, fomentar a participação ativa das mulheres rurais na vida sociopolítica, econômica e cultural dos territórios da Bacia do Jacuípe e Sisal.

Para o alcance de seus objetivos o Programa de Gênero tem priorizado três linhas de ação: fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas; fortalecimento e articulação dos grupos de produção femininos para inserção da produção nos mercados locais; e a transversalidade de gênero junto aos programas e projetos do MOC e seus públicos de atuação.



Mulheres cisterneiras na comunidade de Zé Valério, Teofilândia.

Mulheres nos espaços de tomada de decisão

Com o incentivo e fortalecimento desses grupos e organizações de mulheres, o MOC através do Programa de Gênero tem buscado dinamizar a participação das mulheres rurais nos espaços institucionais e não institucionais de tomadas de decisão. Entre as principais ações desenvolvidas estão a sensibilização e a formação de mulheres para romperem com a defasagem histórica a que estão submetidas, a elevação da sua auto-estima, promoção da sua autonomia e empoderamento.

A primeira linha de intervenção se dá junto ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região do Sisal e Bacia do Jacuípe, através de capacitações e formações para lideranças do movimento que vem permitindo fortalecer e construir processos de autonomia e ao mesmo tempo assessorar os grupos para definir melhor sua forma de estruturação e atuação nos diversos espaços e construir elementos que venham oportunizar uma maior participação e efetivação das mulheres no que diz respeito a busca pelos seus direitos em espaços como assembleias, conselhos e fóruns de decisão, garantindo assim a igualdade de direitos, o respeito e participação igualitária nesses espaços.

Nesse contexto podemos apontar alguns exemplos de intervenção política e fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais através do MMTR e Secretarias/Coletivos dos Sindicatos Rurais que vem atuando de forma bastante significativa intervindo em políticas públicas e participando de planejamentos estratégicos que visam a melhoria da qualidade de vida das famílias e em especial das mulheres:

- Participação de integrantes do MMTR no CODES Sisal (Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira) entendido como espaço de elaboração de políticas e de conjuntos de medidas que buscam a melhoria da qualidade de vida de agricultoras e agricultores da região sisaleira. Dentro deste contexto é importante salientar a conquista da participação de duas integrantes do MMTR no

quadro da nova diretoria (Conselho Administrativo), eleita em 2006.

- As mulheres do MMTR têm ainda participado ativamente no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), iniciado em 2004, tendo como ações em 2006 a formação de comitês municipais de documentação, mobilização, cadastramento e articulação juntamente com outras entidades da sociedade civil, STR's, APAEB's e poder público na realização de mutirão de documentação, ações que vem proporcionando às mulheres o direito social de documentação, garantindo a cidadania das mesmas, possibilitando acesso a crédito, a terra entre outros, antes impossibilitado pela ausência de documentação.
- A participação no programa PIMC que prioriza como critério a mulher como chefe de família – e envolve comunidades rurais da região do Semi-árido baiano. As mulheres do

Resultados da Campanha de Documentação

84

Carteiras de Trabalho cadastrados na Campanha da Documentação da mulher trabalhadora rural na região do semi-árido baiano

120

2ª Via de Certidão de Nascimento

1.695

Carteiras de identidade

57

CPF's

MMTR além de fazerem parte das comissões municipais e microrregionais de água, na seleção e acompanhamento de famílias a serem contempladas com a construção das cisternas na luta contra a escassez de água na região, têm atuado também como cisterneiras (veja também: Programa de Água e Segurança Alimentar), caracterizando esta como atividade de geração de renda para as mesmas, rompendo ainda um paradigma de que só o homem constrói cisternas de qualidade.

- Inserção das mulheres do MMTR em novas práticas de promoção de equidade de gênero, participação nas cooperativas de crédito rural, acessando as linhas de crédito: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Mulher Empreende, COGEFUR e PRONERA (Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária).

A segunda linha de ação visa dinamizar a participação da mulher nos espaços de geração de renda através da sensibilização ao empreendedorismo e organização de grupos produtivos femininos, e da articulação e capacitação das agricultoras para o acesso ao crédito. Para tanto o Programa de Gênero capacita jovens lideranças femininas na perspectiva de contribuir para construção de novos sujeitos sociais que exercitem uma visão crítica da realidade e incorporem valores e práticas de promoção à igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres,



Por unanimidade: Oficialização do MMTR no dia 27 de outubro de 2006, em Serrinha.



“Da luta eu não fujo”: Manifestação no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em Feira de Santana.

incentivando desta forma uma ação de formação permanente de jovens multiplicadoras para que atuem junto as suas comunidades. Essas jovens estão incluídas em três projetos coordenados pelo Programa, através da parceria das entidades/secretarias: DISOP (Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social), SPM (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) e o projeto Mãos que Trabalham (Petrobrás).

A terceira linha de ação do programa compreende a transversalidade de gênero junto aos programas e projetos do MOC e seus públicos de atuação. Guardadas as particularidades e desafios de cada programa do MOC, no que diz respeito às questões de relações sociais e equidade de Gênero, essas, de per si, têm tido caráter muito mais no âmbito do processo pedagógico das equipes junto aos seus públicos de atuação do que simples realização de atividades pontuais. No Programa de Educação do Campo a ação tem se definido no processo de formação e capacitação dos educadores e educadoras bem como monitoramento das ações realizadas. Em Políticas Públicas essa ação é definida no processo de acessória e monitoramento das entidades da sociedade civil e de formação, capacitação da juventude através do Projeto Juventude e Participação Social. Já no que diz respeito ao Programa de Água e Segurança Alimentar essa ação pedagógica se constitui nas capacitações das cisterneiras e no processo de formação e monitoramento das comissões municipais e microrregionais de água.



Reunião da Campanha de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural em Serrinha.

Essa parceria entre o MMTR e o PIMC tem se intensificado cada vez mais, destacando a pesquisa sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres trabalhadoras rurais do *Projeto Saúde e Produção Agrícola*, iniciada em 2006. Há ainda interface com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar através do subprograma Agroindústria e Comercialização que visa a formação e monitoramento dos grupos de produção de mulheres e acompanhamento das jovens lideranças femininas através das parcerias das entidades/secretarias: SPM, DISOP e Petrobrás.

Desafios e perspectivas

Apesar de um conjunto de ações e esforços contínuos do MMTR, Secretarias /Coletivos de mulheres, o programa de Gênero e demais programas do MOC, STR's, e vários outros parceiros na construção do equilíbrio das relações sociais de Gênero, apontamos alguns desafios/perspectivas para continuidade desse processo.

- Definir mecanismos políticos que venham atender às demandas sociais prioritárias das mulheres trabalhadoras rurais (saúde, geração de renda no contexto do Semi-árido);
- Fortalecer e potencializar mais as mulheres trabalhadoras rurais para inserção e participação nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas;

- Traçar debates políticos com as cooperativas de crédito, para elaboração de um plano de trabalho que objetive uma real e concreta oportunidade para as mulheres;
- Buscar maior envolvimento das entidades da sociedade civil organizada da região na discussão de equidade de gênero;
- Promover e acompanhar intercâmbios de experiências de atividades da agricultura familiar diversificada, agroecológica e adequadas às condições do Semi-árido.
- Definir melhor as estratégias de ação junto aos programas e projetos do MOC, MMTR, Secretarias/Coletivos de mulheres dos STR'S, no trato com as questões de gênero, identidade, auto-estima, respeito as diferenças;
- Apoiar a implementação do Planejamento Estratégico do MMTR Regional –2007-2010;
- Planejar ações estratégicas mais incisivas de acompanhamento aos grupos de produção (ações metodológicas já vivenciadas através das jovens lideranças femininas apoiadas pelos projetos DISOP, SPM, Mãos que Trabalham-Petrobrás);
- Continuidade de atuação, na Campanha Nacional de Documentação e articulação junto a outras entidades sociais, MDA/INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para transformar as campanhas em políticas públicas.

Apesar das desigualdades de Gênero, péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas (saúde, educação, água, terra, crédito,entre outros) dos problemas e possibilidades do Semi-árido as mulheres trabalhadoras rurais continuam na busca da garantia dos seus direitos e aspirações político, econômico, sociais e culturais, visando garantir a equidade nas relações sociais de Gênero entendido como elementos de promoção de desenvolvimento rural sustentável.

Programa de Políticas Públicas

Qualificar as organizações da sociedade civil e interferir nas políticas para que se possa melhor conviver com o Semi-árido é a preocupação básica do Programa de Políticas Públicas. São organizações fortes, política e tecnicamente orientadas para a construção e implementação de políticas de convivência que podem modificar o quadro de miséria e de indigência que caracteriza muitas áreas do Semi-árido, justamente por desconhecer seus valores e desrespeitar suas possibilidades de tomar em suas mãos os destinos de suas vidas.



O Programa de Políticas Públicas trabalha com entidades da sociedade civil, grupos de jovens, movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e conselhos gestores municipais dos territórios rurais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do sertão.

De um modo geral, o Programa desenvolve ações de *capacitação* técnico-política de lideranças e dirigentes de entidades, grupos sociais e conselheiros para atuação nos diversos espaços de decisões políticas, numa perspectiva de convivência com o Semi-árido a partir da participação e controle social das políticas públicas setoriais. Presta serviços de *assessoria e acompanhamento técnico-pedagógico* às diretorias e coordenações de instituições e grupos (centrais de associações comunitárias, cooperativas, sindicatos e pólos sindicais, movimentos de jovens e de mulheres rurais, dentre outros) para implementarem práticas voltadas ao fortalecimento das identidades institucionais e melhor gestão dos seus processos sociais.

O processo de operacionalização das atividades do programa no ano de 2006 percorreu o seguinte caminho: Visitas de assessoria e acompanhamento às diretorias das entidades da sociedade civil - CEAIC (Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia), Pólo Sisal, Apaeb Araci e Serrinha, Pólo Jacuípe - para assegurar o processo sistemático de planejamento, avaliação e monitoramento do trabalho voltado para o fortalecimento das capacidades institucionais no tocante à gestão política dos seus processos sociais.

Complementar a essa dimensão de trabalho, também foram realizadas oficinas de construção dos desenhos institucionais das mesmas, com a finalidade de atualização das suas identidades políticas institucionais (missão, visão de futuro, breve diagnóstico da realidade); levantamento das oportunidades e dos desafios internos e externos; redefinição do público beneficiário da atuação, bem como da área de abrangência, com a análise dos parceiros existentes e possíveis; definição das linhas estratégicas de atuação; identificação dos principais serviços institucionais a serem prestados; construção e resgate da memória coletiva –

história, dentre outras. Esse trabalho – na avaliação dos grupos – deu maior clareza quanto à necessidade de repensar (de forma sistematizada) o real papel das entidades e grupos à luz das novas dinâmicas em curso no Brasil e na região, de acesso às políticas públicas setoriais e, sobretudo, a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Territorial do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Na esteira desse mesmo trabalho é que foram elaborados planejamentos estratégicos institucionais com base em novos projetos políticos, como exercício efetivo de identificação e definição das principais ações estratégicas para uma gestão político-administrativa (04 anos) num cenário simultâneo de curto, médio e longo prazos; e como instrumento político fundamental, com vistas a resultados previamente traçados. Aqui estão incluídas, como beneficiárias diretas dessas ações, também as sete Centrais de Associações Comunitárias, as APAEB's, de Araci e Serrinha, o MMTR, a AMAC, a Abraço Sisal e os Coletivos Municipais de Jovens de Antônio Cardoso e Tucano, que tomaram a decisão de se institucionalizarem após amplo processo de reflexão.

Além desse processo de trabalho, houve oficinas para a construção dos marcos legais das entidades da sociedade civil, necessários porque oportunizou a re-elaboração de novas concepções de estrutura de poder (criação das secretarias de jovens, de mulheres e criação dos departamentos de educação do campo - Pólos Sindicais do Sisal e Vale do Jacuípe, STR's de Valente, Serrinha, Ichú, Araci, Coité, Capim Grosso, Riachão do Jacuípe, MMTR e Coletivos de Jovens), havendo um real enxugamento no número de cargos, um melhor detalhamento quanto às suas finalidades político-formais e quanto aos objetivos (numa dimensão mais operacional), com maior clareza e condizente com as novas exigências legislativas colocadas tanto pelo novo Código Civil Brasileiro, quanto pelas novas normas relacionadas aos diversos programas setoriais das políticas públicas. Essas atividades foram importantes para que os sem número de associações comunitárias

pudessem se enquadrar às novas exigências (saírem do risco de perder as suas identidades jurídicas) dentro do prazo mínimo que foi estabelecido pelo governo.

E por ter sido um período em que surgiram novas entidades e renovação de diretorias, houve a necessidade dos cursos de capacitação em gestão organizacional para os dirigentes de associações e de centrais, bem como do coletivo de jovens de Antônio Cardoso. Noutros casos a capacitação sobre elaboração e gestão de projetos enquanto instrumentos de captação de apoio institucional.

As entidades da sociedade civil da região do Vale do Jacuípe estavam participando das ações regionais sem muita clareza do seu real papel. Foi assim que surgiu a necessidade de realização de seminário regional para provocar a reflexão quanto ao seu papel estratégico no processo de desenvolvimento territorial que ora se iniciava. Mais adiante, depois de intenso trabalho de empoderamento de juventude, fez-se também o encontro regional da juventude da micro-região Jacuípe para incentivar a sua inserção nos processos sociais em curso, bem como para motivar (a partir de experiências juvenis concretas) a formação dos grupos de jovens noutros municípios.

Outra ordem de atividades foi voltada com exclusividade para a juventude rural das micro-regiões Sisal, Jacuípe e Feira, envolvendo 22 municípios. Assim, devido ao desenho organizativo dos grupos, houve reuniões regionais e com a coordenação executiva para planejamento, avaliação e monitoramento das ações dos Coletivos Municipais de Jovens, bem como para troca de experiências e intercâmbios de saberes. Investiu-se também na capacitação das jovens lideranças para implementarem ações locais voltadas para os conselhos gestores municipais numa perspectiva de juventude e essa experiência foi fundamental porque nalguns lugares (Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos, Quixabeira, Pé de Serra) apontou concretamente para a criação do Conselho Municipal de Juventude.

Noutra dimensão, houve a capacitação objetivando

a convivência com o Semi-árido, a partir de cursos sobre manejo de pequenos criatórios de animais (ovinos, caprinos, suínos e aves caipiras), bem como sobre os programas governamentais voltados para juventude (PNCF-Primeira Terra (Programa Nacional de Crédito Fundiário) e Pronaf Jovem, com forte ênfase na geração de trabalho e renda e inserção juvenil na agricultura familiar através do Consórcio Social da Juventude Rural - Aliança com jovens, parceria Instituto Aliança com Adolescente, Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Trabalho e Emprego. Ainda, nessa direção, 15 jovens e educadores da região semi-árida participaram do I Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira (I-IJRB), promovido pelo Instituto Souza Cruz, para conhecerem experiências de trabalho com juventude na agricultura familiar em cinco estados brasileiros (SP, SC, PR, PE e ES). E mais 13 jovens de entidades parceiras do I-IJRB visitaram as experiências de participação social e convivência com o Semi-árido desenvolvidas por grupos juvenis e entidades civis nos territórios Sisal e Bacia do Jacuípe da Bahia.



A Revista Juventude Sisaleira deu visibilidade às experiências de mobilização e articulação dos jovens do Semi-árido.

Quanto ao trabalho com conselhos, houve um processo inicial de formação dos conselheiros municipais de assistência social para maior conhecimento e domínio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) enquanto novo modelo de gestão da política nacional de assistência social. Essa ação foi combinada com as visitas municipais de assessoria e acompanhamento dos conselhos de 22 municípios dos territórios rurais do Sisal e Vale do Jacuípe. Outras ações previstas voltadas para os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar não puderam ser efetivadas por morosidade na assinatura de convênio MOC e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Quanto aos resultados concretos alcançados no decorrer dessa trajetória, podemos apontar:

- O funcionamento, em 22 municípios de três microrregiões (Feira de Santana, Sisal e Vale do Jacuípe) dos Coletivos Municipais de Jovens e mais o Coletivo Regional Juventude e Participação Social com identidade política própria. Os jovens hoje estão inseridos numa Rede Regional de Trabalho, coordenada pela Assocene-Ne (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), e, integram a Rede Nacional de Jovens Rurais apoiada pelo Instituto Souza Cruz que congrega as principais ONG's que desenvolvem trabalho com jovens do campo no Brasil (MEPES-ES, CEDEJOR-RS, SC e PR, PROJOVEM-SP, SERTA-PE e MOC). Além disso, a experiência regional já foi premiada com capítulo de livro (Frutos do Brasil - jornalista Neide Duarte, Aracati-SP), Publicação da ASHOKA e quase metade das matérias da Revista Marco Social 2006;
- Em 05 municípios da região (Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos e Quixabeira) os jovens se mobilizaram, discutiram uma proposta mobilizaram e participaram de sessões especiais e apresentaram às Câmaras de Vereadores Projetos de Lei de Iniciativa Popular para criação dos Conselhos Municipais de Juventude. Há projetos de lei em tramitação em 04 municípios e em Retirolândia já foi aprovado e será realizada a I Conferência Municipal de Juventude para definição das diretrizes que fundamentarão a política municipal de juventude e escolha dos

representantes. Em Riachão de Jacuípe, após atuação dos jovens junto à Câmara de Vereadores, foi formada uma comissão de jovens para construir a proposta de Projeto de Lei, visando o Conselho Municipal de Juventude;

- Em relação à comunicação, os jovens criaram programas de rádio em Tucano (Fala Aí Juventude), Retirolândia e Quixabeira (Jovem Comunicação e A Hora do Trabalhador). Além disso, foi editada pelos próprios jovens a revista "Juventude Sisaleira";
- Participação nas diversas experiências de protagonismo de juvenil – Conferências Estadual e Nacional, I Jornada Nacional da Juventude Rural e Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira (15 pessoas enviadas para 06 estados e a região recebendo mais 15 jovens de 06 estados);
- Algo muito interessante diz respeito ao processo de autonomia de alguns coletivos de jovens com iniciativas de captação de recursos para desenvolvimento de trabalho. Nesse sentido, os coletivos municipais de Antônio Cardoso, Tucano, Coité e São Domingos obtiveram apoio para implementarem ações comunitárias de organização juvenil e Nova Fátima, Riachão do Jacuípe e Pé de Serra para ações geradoras de trabalho e renda.

Os jovens rurais têm pouca chance de acesso à universidade devido às experiências de estudos serem precárias. Em quatro municípios os coletivos municipais de jovens desenvolveram ações para mudança dessa realidade. Em Antônio Cardoso, Araci e Serrinha os jovens se mobilizaram e criaram – gestão própria – experiências de curso pré-vestibular que estão funcionando com média de 40 jovens por turma. Por outro lado, em Irará os jovens fizeram um amplo processo de discussão política, envolvendo inclusive as entidades da sociedade civil – Ong (CEDITER - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra) e sindicato dos trabalhadores rurais – e poderes públicos locais circunvizinhos, para criação de uma Escola Família Agrícola Regional. A proposta elaborada já obteve o apoio e aprovação institucional e encontra-se em processo de implementação, com uma comissão interinstitucional sob a coordenação de uma representante do coletivo de jovens de Irará;



O Coletivo Regional Juventude e Participação Social representa jovens de 22 municípios do Semi-árido baiano.

Outro resultado é o fato de jovens estarem participando da direção de entidades da sociedade civil, especificamente nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Irará (03), Araci (03-tesouraria e secretarias de jovem e mulher), Coité (03), Valente (08-sindicato e associação), Nordestina (01-vice-presidente), Serrinha (02), Tucano (06-Associação Comunitária), São Domingos (01-STR), Cansanção (04-sindicatos e associações), Candeal (03-associações). Há ainda um jovem na Secretaria de Jovens do Pólo Sindical de Feira de Santana e no Pólo do Vale do Jacuípe foi criada a Secretaria de Jovens. Além disso, houve a criação e/ou reativação das Secretarias de Jovens e de Mulheres na maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados aos Pólos Sindicais do Sisal e Vale do Jacuípe.

Associações e organizações da sociedade civil

Duas das principais associações municipais de agricultores familiares (APAEB's de Araci e Serrinha) estão com novo marco legal compatível com as atuais dinâmicas e exigências para acesso às políticas públicas, bem como dispendo de projetos políticos institucionais e planejamentos estratégicos (gestão 2006-2010) para subsidiar processo de gestão político-administrativo. Essa mesma dimensão foi trabalhada com o CEAIC numa perspectiva de

fortalecimento da sua capacidade institucional voltada para prestação de serviços às associações e centrais comunitárias da região.

Durante o ano, a partir do processo de capacitação e assessoria às entidades da sociedade civil, houve uma forte participação junto ao CODES Sisal e, mais recentemente, ao da Bacia do Jacuípe. Esses espaços políticos regionais tem sido estratégicos no processo em curso de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial na dimensão de convivência com o Semi-árido e graças a essa experiência – até aqui muito bem sucedida – aumentou o número de

investimentos públicos, bem como o número de famílias com acesso às políticas públicas setoriais: recursos hídricos para consumo humano e animal, linhas de crédito rural, assistência técnica e extensão rural (ATER e ATES, outras), eletrificação rural, acesso a terra, educação de nível básico, médio (curso de Técnico Agrícola e Magistério) e superior (Pedagogia da Terra e Letras) através de convênio parceria CEFET-Ba (Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia), UNEB (Universidade Estadual da Bahia) e PRONERA-INCRA, bem como as turmas de alfabetização de jovens e adultos através do Mova Brasil e Educação no Campo.

Foram institucionalizadas 8 experiências de grupos da sociedade civil. Na região Jacuípe foi institucionalizado o Pólo Sindical do Vale do Jacuípe com existência de aproximadamente 14 anos sem identidade jurídica, o que o impossibilitou durante esse tempo do cumprimento de outros papéis institucionais. Foi criado também a Central das Associações Comunitárias Rurais em Serrinha, depois de nove anos de existência enquanto fórum. Também foram institucionalizadas duas organizações de comunicação social: a associação das rádios comunitárias (ABRAÇO Sisal) responsável pela articulação dos comunicadores sociais para desenvolver trabalho voltado para o

desenvolvimento social a partir da comunicação e mais a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC) para prestação de serviços de comunicação aos movimentos social e sindical da Região Sisaleira da Bahia. Dois Coletivos Municipais de Jovens depois de dois anos de trabalho de juventude estão em processo acelerado de institucionalização (Tucano e Antônio Cardoso). Além disso, foi criada - numa microrregião próxima - a ONG Grupo Social Terra Viva (GSTV) no município de Sátiro Dias que vem desenvolvendo importante trabalho de organização social e fortalecimento da sociedade civil, sendo hoje a principal entidade de mobilização social. Destaque também aqui para o MMTR com 22 anos de existência e que só esse (depois de muita reflexão) resolveu se institucionalizar.

Há sete municípios em que as centrais das associações comunitárias estão com os seus marcos legais institucionais (estatutos) reformulados, bem uma média de 200 associações comunitárias, conforme as exigências do novo Código Civil Brasileiro. As sete centrais também se encontram com os seus projetos políticos e planejamentos estratégicos (gestão 2006-2010) construídos para subsidiar o processo de gestão político-administrativa.

Na área de Conselhos, há como resultado aproximadamente 220 conselheiros da assistência social de 22 municípios com conhecimento dos aspectos gerais da nova política nacional de assistência social.

Desafios e perspectivas para 2007

Em 2007, haverá, ainda nesse processo, uma série de desafios colocados para os grupos trabalhados: Apesar de algumas entidades da sociedade civil já terem conseguido inserir os jovens nas suas estruturas político-administrativas, de um modo geral ainda necessitam urgente possuírem uma política institucional de juventude; o movimento de mulheres, agora com identidade jurídica, precisa dar continuidade de forma mais autônoma ao seu processo de trabalho, sobretudo na obtenção de apoio à implementação das ações fundamentais

do planejamento estratégico gestão 2006-2010; os conselheiros de assistência social precisam implementar novas práticas de gestão conforme as exigências do SUAS. Além disso, consta como desafio a implantação em 245 municípios do Estado da Bahia dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar, bem como fazer a capacitação técnica dos seus conselheiros.

Quanto às perspectivas para o ano de 2007 as experiências concretas apontam para três caminhos necessários: O primeiro é que os jovens consigam empoderar as entidades da sociedade civil, sobretudo as sindicais, sobre o papel estratégico da juventude num cenário cada vez mais crescente de políticas setoriais voltadas para esse segmento ainda mais no campo, cujas pesquisas recentes indicam de cada 10 jovens, apenas 02 tem como projeto de vida continuar vivendo no campo. Talvez as experiências locais de criação dos Conselhos Municipais de Juventude seja a grande perspectiva enquanto instrumentos de gestão das políticas de juventude conforme Plano Nacional da Juventude aprovado nas Conferências Estaduais e Nacional e, atualmente, em tramitação no Congresso Nacional.

A segunda perspectiva aponta para o recém constituído Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que necessita obter os apoios necessários para operacionalizar as suas propostas políticas estratégicas (dentre elas a de ampliação dos movimentos noutros municípios da região) voltadas para consolidação de uma *identidade política* que vem sendo construída e fortalecida ao longo dos últimos 22 anos de sua história.

E na terceira perspectiva temos 245 municípios dispendo dos instrumentos institucionais de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Noutra dimensão, 22 Conselhos Municipais de Assistência Social tecnicamente subsidiados a implementarem processos locais de municipalização da política nacional conforme NOB/SUAS (Norma Operacional Básica).

Veja a relação completa das ações e atividades no anexo, p. 83

Projeto Especial Acesso à Terra

As ações do Projeto Especial Acesso à Terra se concentram num processo de capacitação dos agricultores e agricultoras familiares sem terra que procuram obtê-la através do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PNCF). Como o foco geográfico de todo processo de trabalho é a região semi-árida, visto que todos os assentamentos estão incluídos nela, incorpora-se, no processo de capacitação, um conjunto de discussões e de reflexões sobre as providências que deverão ser adotadas para a convivência com o Semi-árido, o que é retomado e aprofundado com a assistência técnica implementada a partir do momento que o assentamento se concretiza.



Numa região de economia eminentemente agrária, a terra ganha ainda maior importância, constituindo-se no principal meio de produção em todos os municípios, sendo que na maioria deles, onde a atividade industrial é inexistente, a terra passa a ocupar papel de exclusividade.

O público prioritário do programa são agricultores e agricultoras familiares sem terra, em estado elevado de exclusão social, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade; são pessoas que já não prezam mais pela auto-estima, acreditam ser incapazes para tudo. Buscam o programa numa perspectiva de amparo, de mera assistência que lhes permitam subsistir. O trabalho desenvolve-se na perspectiva de ajudar cada participante a descobrir o seu papel na sociedade, de desenvolver as habilidades pessoais e grupais, de ajudar no sentido de cada um e cada uma tornar-se protagonista de todo o processo, superando as incapacidades e a visão de submissão.

Para empreender o processo de capacitação, os agricultores e agricultoras familiares precisam estar minimamente mobilizados, numa fase inicial de organização dos grupos. Para isso, a estratégia utilizada é estabelecer parcerias com os movimentos sociais locais que assumem essa fase do processo de trabalho; outra estratégia que tem se revelado importante é responsabilizar os grupos, desde a fase inicial, para que assumam as tarefas inerentes à condução das atividades, o que contribui de forma significativa para a capacitação e para a construção da autonomia dos grupos. Todas as atividades referentes à localização da terra, de arrumação da documentação, dos contos iniciais com os proprietários de terras, o controle dos recursos pertencentes aos grupos são assumidas por equipes formadas em cada grupo, permitindo, por um lado, o controle social de todos os procedimentos relativos ao programa e, por outro, a identificação de lideranças que passarão a ter papel decisivo na formação, organização e na sustentabilidade dos assentamentos. A experiência vem demonstrando que os grupos que não conseguem identificar e formar lideranças mais qualificadas enfrentam mais dificuldades para concretizar os objetivos.

As dificuldades são muitas, algumas internas – a nível dos grupos – e outras são externas. Em relação às primeiras, destacam-se: o baixo nível de escolaridade das pessoas (grande parte é analfabeta), o nível de exclusão social e de vulnerabilidade, falta de documentos pessoais; no âmbito externo, as principais dificuldades a registrar são as seguintes: ausência de terra que atenda aos requisitos do programa nos próprios município de origem dos/das agricultores/as, obrigando-os/as a se deslocarem para outras áreas distantes; o alto preço das terras, incompatíveis com os limites do programa que mantém tetos reduzidos; carga burocrática excessiva; morosidade nos procedimentos causados pela falta de estrutura dos órgãos do Estado e de compromisso dos seus técnicos.

Resultados

Podem ser contabilizados resultados em dois níveis: a) qualitativos, com a qualificação dos participantes dos grupos que buscam o acesso à terra, superando, em grande parte, os limites antes tidos como intransponíveis, como a visão de incapacidade, a acomodação, a ausência de conhecimentos relativos a procedimentos indispensáveis ao andamento das atividades do programa (assumir a direção da associação comunitária, coordenar todo o processo de implantação do assentamento, elaborar atas e outros documentos, fazer prestação de contas etc.); e b) quantitativos, com o número de pessoas assentadas, embora aquém do que se pretendia atingir.

Uma das críticas feitas ao PNCF são as precárias condições criadas nos assentamentos, em diversos níveis e que acabam provocando um alto índice de evasão. Embora considere-se ainda bastante cedo para uma avaliação dessa natureza, no trabalho que se realiza, a perspectiva vislumbrada nos assentamentos já concretizados é de reduzido índice de evasão (inferior a 10%) e isso se atribui à capacitação desenvolvida que permite aos assentados assumirem a condução de todo o processo de trabalho.

Projeto Especial de Apoio aos Territórios Rurais

A gestão das políticas públicas historicamente, nos municípios que compõem os territórios rurais, estabeleceu-se e se manteve sob o domínio e poder restrito de uma parcela de atores, protagonistas dos processos decisórios, em detrimento da socialização do poder e privação de acesso a direitos para a população mais numerosa e necessitada. Na região Semi-árida, isto se revela de maneira ainda mais intensa por conta do clientelismo e das relações de subordinação que se fez nascer e aprimorar, aumentando as desigualdades entre pobres e ricos e entre regiões e localidades.



O desafio de garantir a participação de todos os sujeitos sociais, em todas as esferas de atuação a partir de processos de negociação e concertação entre o Estado, o mercado e a sociedade, está no desenvolvimento das capacidades locais para atrair, de forma pró-ativa, em sistema de rede, a superação de ações pontuais desconectadas e assistencialistas que só mantêm e reforçam as diferenças sociais no controle dos bens ativos do desenvolvimento.

É partilhando desta concepção que o MOC se propôs a implementar o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Territorial na Bahia em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Participar dos projetos de gestão social é principalmente tomar parte das decisões, num processo de ação-reflexão sobre a própria prática social, desenvolvendo a capacidade e habilidade de transformar a realidade. Este processo de participação deve envolver todos atores locais, constituindo-se num conjunto de relações entre pessoas e grupos organizados, que tenham consciência da situação atual, com suas possibilidades, limites e capacidades de vislumbrar o estado desejado, considerando os valores éticos, culturais e político-sociais presentes e pretendidos.

A participação na gestão requer a construção de relações solidárias e cooperativas, oportunizadas por espaços públicos de exercício do poder como os conselhos, os comitês, os fóruns, as associações e as agências. A construção destas institucionalidades tem a pretensão de dotar os territórios como espaços de gestão participativa, com capacidade de negociação, poder de regulação e ações articuladas e complementares entre o Estado, os municípios e as iniciativas das comunidades, garantindo o efetivo protagonismo da sociedade.

Na visão do MOC e da SDT/MDA, a prática da gestão social é facilitada quando existem instrumentos que possam ser acompanhados pela sociedade, como é o caso de planos, programas e projetos. Os atores sociais devem experimentar a gestão e o planejamento e se capacitar para adaptar e aperfeiçoar os

processos, de modo que: a) mobilize novos atores; b) permita diagnósticos mais aprofundados; c) reúna condições de apontar soluções mais adequadas para enfrentar os problemas; d) aproveite melhor as potencialidades e oportunidades; e) articule mais e melhor as políticas públicas e; f) aprimore o monitoramento e a avaliação do processo de desenvolvimento sustentável.

As institucionalidades nos territórios podem ter conformações distintas, segundo o entendimento dos próprios atores sociais, mas deverão sempre expressar a diversidade social, buscando-se toda a representatividade, pluralidade e paridade entre as forças sociais, para que as decisões se transformem em práticas lastreadas por acordos que dificilmente se desintegram.

Foi dentro de todo este espírito de formação, comprometimento, respeito, abrangência, interesse no futuro do território e diversidade que as institucionalidades territoriais na Bahia foram incentivadas, no âmbito do convênio do MOC com a SDT, a se constituírem para liderar a tarefa de construir Planos Territoriais de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis – PTDRS's – e fazer a gestão social dos territórios.

Os programas e projetos decorrentes dos PTDRS's são definidos a partir dos eixos

	Colégio	PTDRS	Institucionalidades	Projetos
Território	Institucionalidade Núcleo Dirigente Núcleo Técnico Diagnóstico Visão de Futuro Programas/Projetos Estudos Propositivos Plano-Síntese Territorial Modelo de Gestão Infra-Estrutura - SDT/MDA Outros			
Sisal				
Irecê				
Baixo Sul				
Litoral Sul				
Velho Chico				
Chapada Diamantina				
Bacia do Jacuípe				
Bacia do Rio de Corrente				
Piemonte do Paraguaçu				
Itaparica				

aglutinadores que se identificou como potencialidades para o desenvolvimento do território, após interpretação dos diagnósticos e dos estudos propositivos e devem ser compostos de ações das mais variadas e combinadas (tantas quanto o Território for capaz de mobilizar) formando os chamados arranjos institucionais.

Dos 24 (vinte e quatro) territórios rurais da Bahia, 6 (seis) já produziram praticamente todos os componentes de uma primeira versão do PTDRS (diagnóstico, visão de futuro, eixos do desenvolvimento, definição de programas e projetos). É o caso dos Territórios do Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Chapada Dimantina, Irecê e Velho Chico que estão fazendo os ajustes finais para publicização. Até meados de 2007, os Territórios do Sertão do São Francisco, Extremo Sul, Vale do Jequiriça, Médio Rio de Contas, Itapetinga, Bacia do Rio Corrente e Bacia do Jacuípe, devem também concluir a elaboração da primeira versão. Já os Territórios do Piemonte do Paraguaçu e Itaparica, pretendem igualmente, concluir a tarefa até o final do ano. Desta forma, até o final de 2007, ao menos 15 (quinze) Territórios Rurais terão concluídos a primeira versão dos seus PTDRS, perfazendo quase, pelo somatório, um grande Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Bahia.

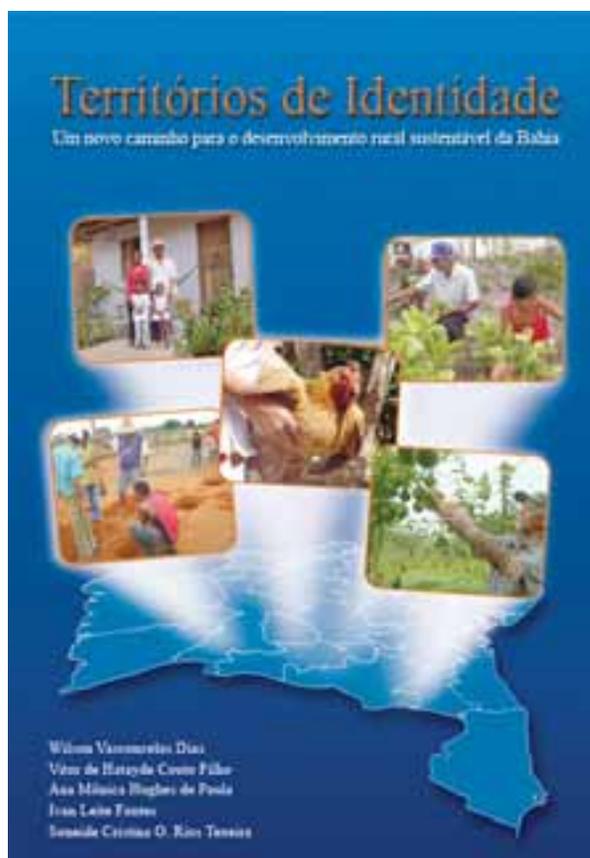
Como proposta de ação para a dinamização das economias territoriais, tendo a agricultura familiar como protagonista desse processo, estão sendo realizados os Estudos Propositivos de Dinamização Territorial, traçando elementos para além de um diagnóstico, na medida em que analisa, traça tendências e sugere caminhos para as informações obtidas.

É consenso corrente que não há nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e auto-gestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e organização da sociedade, reconhecendo as

especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Os PTDRS's baseiam-se na possibilidade de gerar parcerias. Através das instâncias de gestão participativa se produz uma nova forma de aplicação de políticas públicas capaz de combater o assistencialismo, o clientelismo, o fisiologismo e o corporativismo das instituições para assegurar o interesse público. Esta sinergia, a partir do local, permite integrar programas públicos com foco na realidade local e paulatinamente rearticulá-los e recriá-los a partir de novos arranjos institucionais. O Desenvolvimento Territorial deve proporcionar o empoderamento dos grupos e setores excluídos, fazendo com que todos se sintam participantes do poder.

Veja a relação completa das ações e atividades no anexo, p. 86



O livro "Territórios de Identidade" aborda os conceitos, estratégias, metodologias e o estágio atual das ações de Desenvolvimento Territorial na Bahia

Anexos



Programa de Água e Segurança Alimentar

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Famílias com acesso à Água de qualidade para beber e cozinhar	Capacitação das CEM-s, CGMR, CCOM, famílias e pedreiros na execução do P1MC	Reuniões de Monitoramento da Equipe do PASA	24	09	09
		Encontro Microrregional de Planejamento	02	35	70
		Encontro Microrregional de Capacitação das CEM-s e CGMR	02	45	90
		Reuniões de Planejamento, Monitoramento e Avaliação com as CEM-s	02	35	70
		Recapacitação de Pedreiros	02	10	20
		Capacitação de Pedreiros	05	10	50
		Capacitação em confecção de bomba gude	01	40	40
		Reuniões de capacitação no processo de construção das cisternas com CEM-s, famílias e pedreiros	83	40	3.320
		Cursos de Capacitação em GRH	90	30	2.700
		Cursos de Recapacitação em GRH	06	30	180
Captação de Recursos destinados a Políticas Públicas Hídricas	Capacitação das lideranças, dirigentes e técnicos das entidades que compõem as CEM-s dos 15 municípios de atuação do PASA em elaboração de propostas e negociação com o poder público	Encontro Microrregional de Apresentação do Projeto	01	22	22
		Seminário Microrregional sobre Políticas Públicas com ênfase às questões locais	01	39	39
		Encontros Municipais de Planejamento	04	30	120
		Encontros Municipais de Políticas Públicas com ênfase nas questões locais	03	19	57
		Reuniões de Monitoramento e Avaliação com a CGMR	12	10	120
		Encontros Municipais de Monitoramento e Avaliação	06	20	120
		Encontro Microrregional de Avaliação	02	60	120
		Encontro Microrregional da ASA	01	60	60

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Qualidade da Água das Cisternas e seus Efeitos na Saúde	Estabelecer parceria com a UEFS para capacitar a Equipe, CGMR e CEM's de 3 municípios na coleta e análise dos exames da água e parasitológico	Encontro de Capacitação com a Equipe do PASA, CGMR e CEM's na coleta de água e fezes para análise	01	08	08
	Capacitar as famílias sobre a importância dos exames da água e parasitológico e suas implicações na saúde	Dia de Estudo sobre a importância dos exames da água e das fezes	03	40	120
		Dia de estudo para apresentação dos resultados dos exames	01	30	30
		Exame laboratorial da água	22	07	07
		Exame laboratorial de fezes	49	05	07
	Sensibilização da(o)s integrantes das CGMR's e CEM's sobre as instâncias do programa	Encontro Microrregional de Sensibilização sobre as relações sociais de gênero	01	23	26
	Capacitação das mulheres nas técnicas de construção das cisternas e monitoramento da escala dos pedreiros	Curso de Construção de Cisternas para mulheres	03	12	35
	Levantamento de dados sobre o impacto das cisternas na vida das mulheres	Reuniões de planejamento com a equipe do Programa de Gênero	04	04	16
		Reuniões com a equipe equipe do Programa de Gênero e assessoria para a elaboração das entrevistas	04	04	16
		Depoimentos de mulheres com acesso à água	05	57	57

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Técnicas de Captação de água Destinadas a Produção	Capacitação de técnicos e lideranças nas formas de captação e uso da água para a produção	Encontros Municipais de Alternativas de Convivência com o Semi-árido	03	26	78
		Capacitação de pedreiros em construção de Cisterna Calçadão	01	09	09
		Capacitação de pedreiros e famílias em construção de Barragem Subterrânea	01	10	10
		Implantação do Sítio Demonstrativo	01	15	15

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Sub-programas	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Desenvolver o Projeto Prosperar para prestar ATER às famílias rurais de baixa renda com o protagonismo e controle das organizações locais	Reunião de monitoramento com entidades parceiras de ATER	06	30	90
		Reunião municipal com dirigentes para discussão do Projeto Cabra-Escola	05	15	75
		Curso de Horticultura	06	15	75
		Curso de Manejo dos Criatórios	147	15	2.205
		Curso de Convivência com o Semi-árido	219	15	3.285
		Curso de Gerenciamento e Tratamento da água	06	15	90
		Curso de Planejamento da Propriedade	172	15	2.580
		Feira de Caprinos e Ovinos	01	355	355
		Curso de Segurança Alimentar e Nutricional	54	15	810
		Encontro de monitoramento com a equipe técnica	12	14	14
		Encontro de Monitoramento com jovens multiplicadores	868	15	322
		Curso de formação dos agentes jovens de ATER	04	50	200
	Sensibilizar as famílias rurais assistidas para produção agroecológica identificando e mapeando potenciais centros de difusão	Encontros Territoriais em Agroecologia	03	73	220
		Visita de Intercâmbio de experiências a experimentadores/as	03	15	45
		Encontro de agricultores/as experimentadores/as	01	60	60
		Curso de Formação de jovens e entidades em Agroecologia	02	40	110
		Oficina de Monitoramentos com Parceiros do Nordeste	01	30	30

Sub-programas	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Crédito	Apoiar as negociações da ASCOOB junto	Curso de cooperativismo de crédito para atores locais	03	74	74
	aos bancos para aplicar os recursos do Pronaf	Oficina de planejamento e negociação do crédito	03	45	35
		Oficina de negociação do Pronaf com Bancos e MDA	02	37	37
		Encontro com encarregados de repasses das cooperativas	02	11	11
		Assembléia do COGEFUR	03	98	98
		Oficina de produção de indicadores da ATER e acesso ao crédito	01	30	30
		Seminário regional sobre o Pronaf	01	364	364
		Incentivar a constituição e o funcionamento de uma central das cooperativas de crédito (ASCOOB CENTRAL) para apoiar o funcionamento eficiente das cooperativas filiadas	Curso de gestão para funcionários e dirigentes das cooperativas	02	26
	Encontro de monitoramento dos resultados das cooperativas de crédito com diretores e conselheiros		02	17	34
	Curso para Conselheiros de administração e fiscal das cooperativas de crédito		02	25	50
	Oficina de planejamento das ações locais - cooperativismo de crédito		02	60	120
	Oficina sobre o ambiente e suas potencialidades - cooperativismo de crédito		02	37	74

Sub-programas	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Agroindústria e Comercialização	Acompanhamento técnico sistemático, com apoio a busca de recursos financeiros para infraestrutura e capacitação em processos de formação continuada de Empreendimentos Econômicos Solidários	Oficina de Gestão Estratégica para EES	04	20	80
		Seminário Regional sobre Legislação de Agroindústria	01	40	40
		Oficina sobre Qualidade na Produção de Agroindústria	01	35	35
		Visita de Intercâmbio a Experiências Exitosas de Agroindústria	01	10	10
		Curso sobre Registros Contábeis para Dirigentes de EES	01	25	25
		Oficina de Planejamento da ARCO Sertão	01	25	25
		Estudo de Cadeia Produtiva	01	-	-
		Elaboração e Confeção de Catálogo de Produtos	01	-	-
		Jornada de Estudo e Projeção de Viabilidade de Empreendimentos Agroindustriais	03	35	105
		Curso de Formação de Gestores de EES	12	25	300
		Visita de Acompanhamento a EES	364	-	-
		Encontros Micro-regionais da UNICAFES Bahia	02	30	60
		Apoio a participação de Representantes de EES nas Assembléias do CODES Sisal e CODES Bacia do Jacuípe	03	01	03
		Apoio a participação de Representantes de EES no Fórum Baiano de Economia Solidária	01	02	02
	Apoiar os Empreendimentos Econômicos Solidários e Grupos de Mulheres Produtoras para fortalecer o acesso dos seus produtos aos mercados (locais, territorial e institucionais) e na participação em feiras/eventos de economia solidária	Seminário Territorial sobre Acesso a Mercado Institucional	01	35	35
		Feira de Produtos da Agricultura Familiar dos Territórios Rurais na Bahia	01	50	50
		Encontros Regionais de Planejamento para Comercialização	03	35	105
		Jornada de Estudo de Acesso a Mercados dos Produtos de Agricultores Familiares em Territórios Rurais	03	25	75
		Campanha de Valorização dos Produtos da Agricultura Familiar	01	-	-
		Apoio a mobilizações dos GMP para participar de Feiras	03	11	--
		Apresentação de proposta de venda antecipada através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	03	20	60
		Feiras e exposição dos produtos feitos pelos GMP	01	--	--
		Feira solidária de comercialização dos produtos	01	--	--
Promoção e Divulgação da Feira Solidária		01	--	--	

Sub-programas	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Agroindústria e Comercialização	Acompanhamento técnico sistemático voltado para os processos de formação, gestão democrática/participativa, fortalecendo o processo produtivo para o acesso dos grupos de mulheres nos mercados solidários e em movimentos de Economia Solidária	Reuniões regionais para apresentação do projeto	01	02	100
		Cursos sobre: Economia Solidária e Planejamento de Empreendimentos; Crédito para Mulheres	02	02	45
		Dia de Estudo Comunitário sobre Economia Solidária e Planejamento de Empreendimentos	14	50	300
		Cursos de formação para as Jovens Monitoras	5	05	20
		Reunião Regional para articulação e monitoramento do trabalho das jovens monitoras	6	04	30
		Curso seqüencial de informática para as jovens monitoras [bolsas]	20	20	20
		Encontro de aprofundamento e planejamento de ações dos grupos organizados por mulheres	1	02	30
		Reuniões de monitoramento do plano de ações da Rede de Produtoras	3	04	40
		Visitas locais sobre organização do empreendimento e acesso ao crédito	63	71	--
		Visitas técnicas aos municípios para monitoramento do projeto	30	20	--
		Dias de Estudo municipais com grupos de mulheres integrantes a rede de produtoras	8	22	220
		Oficinas locais sobre: Viabilidade Econômica; Plano de Ações-Negócios e Administração	75	50	250
		Reuniões comunitárias de monitoramento do plano de ações	75	300	250
		Aquisição de Materiais para construção de Cisternas	01		
		Aquisição de Kit Equipamentos	25	15	150
		Oficinas regionais de aperfeiçoamento de processos produtivos	3	04	60
		Visita a experiências bem sucedidas na gestão e geração de renda	1	--	--
		Visita de intercâmbio para conhecer as experiências produtivas	1	--	--
		Curso regional sobre Agroecologia	1	--	--
		Curso regional sobre Desing	2	--	--
		Curso regional sobre legislação sanitária e manuseio de alimentos	2	03	90
Oficina regional com GMP sobre elaboração de projetos de crédito	1	01	35		
Estudo de marca [Rede]	1	--	--		

Sub-programas	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
		Confecção de catálogo [Rede]	1	--	--
		Elaboração de logomarca dos produtos [25 grupos]	1	--	--
		Seminário regional sobre Certificação da Produção	1	--	--
		Oficinas municipais sobre cidadania e participação - Cooperativismo	10	10	250
		Encontros Micro-regionais da UNICAFES Bahia	02		
		Participação de Representantes dos GMP nas Assembleias do CODES Sisal e CODES Bacia do Jacuípe	03	03	--

Programa de Comunicação

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Assessoria e qualificação da cobertura jornalística do semi-árido	Capacitação de jornalistas e apoio a cobertura de temáticas sociais	Eventos de mobilização da imprensa	02	90	180
		Coletivas de Imprensa	02	25	50
		Aplicação de diagnósticos de assessoria de imprensa em Salvador, Feira de Santana, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre	34	2	68
		Visitas de cobertura	16	07	112
		Acompanhamento de visitas de jornalistas	08	02	16
		Oficinas de capacitação do Grupo de Trabalho de Comunicação do MOC	03	06	06
		Fortalecimento da comunicação comunitária	Planejamento, Monitoramento e Avaliação	Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação com Abraço-Sisal	03
Apoio à reunião da diretoria da Abraço-Sisal	03			10	10
Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação com Agência Mandacaru	02			10	10
Capacitação de comunicadores comunitários	Oficinas de produção radiofônica e sobre temáticas sociais com radialistas comunitários		03	30	30
	Oficina de edição de áudio com Abraço-Sisal		04	04	04
	Oficinas de capacitação em internet com Abraço-Sisal e Agência Mandacaru		03	08	08

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Fortalecimento da comunicação institucional dos movimentos sociais dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe	Fortalecimento da comunicação institucional das entidades regionais	Aplicação de diagnósticos de comunicação	15	05	60
		Reuniões de devolução dos diagnósticos	06	15	90
		Seminário regional de comunicação	01	60	60
	Fortalecimento da comunicação territorial	Visitas técnicas	06	14	84
		Oficinas de capacitação de comunicadores comunitários do Território Bacia do Jacuípe	02	25	25
Edu-comunicação	Produção do Jornal Giramundo	Reuniões de pauta e avaliação com a Agência Mandacaru	04	10	10
	Capacitação em edu-comunicação	Encontros de avaliação e planejamento	03	15	15
		Oficinas de capacitação para educadores	03	15	15
	Programa de rádio "Encontro na Sala"	Encontros para gravação em sala de aula	11	20	187

Programa Criança e Adolescente

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Estímulo ao fortalecimento da participação política de organizações sociais e lideranças em espaços de discussão, elaboração e/ou gestão de políticas e DCA	Reuniões da Comissão Estadual do PETI	10	30	30
		Reuniões da Comissão Regional do PETI	04	200	200
		Reunião do Fórum Nacional do PETI	02	50	50
	Identificação de novos espaços de discussão, elaboração e/ou gestão de políticas de DCA's;				
	Sensibilização de lideranças sociais sobre DCA's;				
Projeto Vida Nova		Reuniões Comunitárias e de Planejamento	12	25	300
		Oficinas de Formação com Crianças	07	70	490
Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido Ações Municipais	Sensibilização de organizações regionais na linha de DCA e controle social	Reuniões de Monitoramento	05	35	175
		Reuniões de Sensibilização com Organizações Sociais	01	50	50
		Reuniões de sensibilização sobre DCA's com os Pólos Sindicais	02	20	40
	Sensibilização de organizações regionais para inserção dos DCA em seus Planejamentos	Reuniões de Formação sobre DCA's com as Organizações Sociais	08	25	200
		Reunião de Avaliação com ABRAÇO e AMAC	01	40	40
		Assessoria às organizações regionais	Reuniões municipais de socialização do PCA e sensibilização sobre DCA's	06	30

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
		Seminários Regionais com Conselheiros Municipais do CMDCA	02	60	60
		Reuniões municipais integradas (SC e PP)	06		
		Reuniões de Assessoria aos municípios	06	30	180
		Encontros sub-regionais de avaliação da política de DCA's	02		

Programa de Educação do Campo

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Formação continuada de educadores municipais do campo – Projeto CAT	Formação da equipe pedagógica dos municípios novos e troca de experiências	Encontro de formação da equipe pedagógica dos municípios novos	04	25	25
	Monitoramento das ações dos educadores municipais	Encontros intermunicipais de avaliação e aprofundamento da metodologia e planejamento (nos 2 grupos)	08	45	90
	Monitoramento e avaliação das ações dos educadores durante o ano de 2006	Encontro de avaliação final	02	45	90
	Formação de educadores nas diferentes áreas do conhecimento	Oficinas temáticas	12	45	540
	Aprofundamento da metodologia interdisciplinar com educadores	Oficinas sobre Interdisciplinaridade	04	35	140
	Discussão e planejamento de ações para integração família/escola	Seminários com pais sobre o papel da família no processo educacional	02	200	400
	Planejamento e avaliação de ações e do processo como um todo	Reuniões de assessoria	12	08	08
	Monitoramento da caminhada do CAT no município	Reunião da coordenação geral do CAT (MOC/UEFS/coordenadores municipais)	06	25	25
	Discussão para melhor acompanhamento da proposta no município	Reunião dos parceiros (MOC/UEFS/Secretários de Educação)	02	25	25

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
	Discussão de educação do campo para implantação da proposta no município	Reunião com Secretários Municipais dos municípios novos	02	25	25
	Discussão de educação do campo para implantação da proposta no município	Reuniões com sociedade civil organizada nos municípios do CAT	02	25	50
	Articulação e envolvimento da sociedade civil nas ações de educação do campo	Seminário de Educação do Campo	01	50	50
	Aprofundamento sobre Educação do Campo com educadores e sociedade civil organizada	Seminário de Educação do Campo nos municípios	04	80	320
	Acompanhamento "in loco" da caminhada do CAT no município	Visitas da assessoria UEFS/MOC	04	03	03
Formação inicial e continuada dos monitores/educadores das ações sócioeducativas da Jornada Ampliada do PETI.	Formação de educadores/as para atuação na Jornada Ampliada na perspectiva do Desenvolvimento Local Sustentável para Convivência com o Semi-árido	Curso modular de formação inicial e continuada para monitores da Jornada Ampliada do PETI – com média de 52 horas.	21	50	1.025

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Sensibilização de educadores, poder público e sociedade civil para a questão da educação do campo e integral.	Formação continuada de coordenadores de monitores das ações sócioeducativas de convivência	Encontros trimestrais de coordenadores para (Grupos A e B)	07	40	80
	Identificação dos municípios com e sem planos de educação e suas políticas de educação do campo, integral e incentivo à leitura	Estudo e análise dos planos municipais de educação nos municípios	01	40	40
	Intercâmbio e troca de experiências entre os municípios	Encontro dos coordenadores da Jornada Ampliada com exposição de painéis, trabalhos etc. das crianças e adolescentes da Jornada Ampliada	02	60	60
	Acompanhamento das atividades da Jornada Ampliada	Visitas de acompanhamento	06	80	480
	Monitoramento e avaliação da metodologia do Projeto Baú de Leitura com oficinas temáticas subsidiando as discussões sobre leitura e políticas públicas de educação, fortalecendo a ação pedagógica dos coordenadores municipais	Encontros de coordenadores municipais do projeto Baú de Leitura	04	47	189
Formação continuada de educadores para desenvolverem a metodologia do Projeto Baú de Leitura		Oficinas com multiplicadores da metodologia do projeto Baú de Leitura	02	11	11
	Sensibilização de novos educadores para desenvolverem a proposta do projeto Baú de Leitura.	Encontros de formação inicial de educadores para atuarem com o Projeto Baú de Leitura	09	41	371

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Ações educativas integradas	Monitoramento e aprofundamento da metodologia do projeto para uma melhor compreensão do papel político pedagógico do educador e atuação nos espaços sociais do	Encontros de Aprofundamento da metodologia do projeto Baú de Leitura	20	34	684
	Articulação e envolvimento do Poder Público e Sociedade Civil para fortalecer e ampliar o projeto nos municípios e regiões dentro da Educação Formal.	Reuniões do Grupo de Trabalho/GT do projeto Baú de Leitura	03	08	08
		Encontros Regionais do GT do Projeto Baú de Leitura com poder público e sociedade civil	05	20	102
	Sensibilização de atores sociais para a importância da educação integral	Seminário de Lançamento do Livro: Baú de leitura – Lendo Histórias, Construindo Cidadania	01	300	30
	Construção e irradiação de uma concepção de Educação Integral a partir da experiência da Jornada Ampliada do PETI	Encontro Regional Tecendo Redes pela Educação Integral	01	108	108
	Formação e envolvimento da sociedade civil na questão da educação do campo e integral	Seminário de Educação do Campo do Pólo Sindical Jacuípe	01	50	50
	Ampliação da proposta de educação do campo	Intercâmbio com o SERTA	01	19	19

Programa de Gênero

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Lideranças femininas qualificadas para gestão política-administrativa e sustentabilidade de financeira dos MMTR's locais, regional e grupos informais	Assessoria, monitoramento e articulação do MMTR	Oficina sub-regional para definição, elaboração e monitoramento PP e PE	01	10	10
		Encontros regionais para definição, elaboração, monitoramento e avaliação PP e PE	04	12	12
		Dias de Estudo municipal/comunitário para implementação do PP e PE	08	10	10
		Apoio às Assembleias Municipais para legalização das organizações femininas e para definição nos espaços de representação	07	20	140
		Reunião regional para montagem do plano de identificação e articulação das mulheres agricultoras	01	23	23
		Oficinas de integração e resgate da auto-estima e relacionamento pessoal	04	50	218
		Monitoramentos Municipais	05	64	64
		Reuniões com a Coordenação Executiva do MMTR	07	12	12
		Reunião da Inter- Regional	02	13	13
		Reunião de Avaliação das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de documentação das Trabalhadoras Rurais- INCRA-SSA	01	09	09
		Reunião de Avaliação do MMTR e Rede de Produtoras	01	14	14
		Intercâmbio Estadual do Grupo de Produção do Movimento de Mulheres	01	30	30
		Intercâmbio Regional do MMTR	03	03	03
		Formação do Comitê Municipal de Documentação	03	105	105

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes	
Organização de Mulheres formulando e negociando proposta de políticas públicas setoriais nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe		Seminário Municipal sobre o Dia Internacional da Mulher	01	60	60	
		Campanha de documentação cadastramento de CPF	02	57	57	
		Campanha de documentação cadastramento de RG	02	1695	1695	
		Campanha de documentação cadastramento de 2 Via de Certidão de Nascimento	01	120	120	
		Campanha de documentação cadastramento de Carteira de Trabalho	01	84	84	
	Fortalecimento e Qualificação das Lideranças Femininas		Encontro municipal para identificação das jovens multiplicadoras e definição das comunidades	07	210	163
			Curso regional para lideranças das organizações femininas sobre espaços de participação e controle social	01	12	12
			Seminário regional para identificação das jovens lideranças multiplicadoras e definição das comunidades	07	20	20
			Oficina municipal sobre Participação Política: Gênero	06	214	214
			Reunião municipal de organizações femininas e coordenadoras dos grupos de produção	06	133	133
			Curso de formação sobre gênero para jovens monitoras.	01	20	20
			Curso sobre gênero, identidade e auto-estima	01	35	29
			Curso sobre economia solidária	01	66	61

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
	Sistematização de Experiências das atividades e projetos	Reunião de pré-avaliação do Disop	01	22	22
		Avaliação parcial das visitas - Disop	01	22	22
		Visita de Avaliação do Disop aos Municípios	05	45	45
		Entrevista sobre o impacto das cisternas na vida das Mulheres	05	50	49

Programa de Políticas Públicas

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Conselhos	Capacitação de conselheiros municipais de Assistência Social	Encontro Regional sobre SUAS – Sistema Único de Assistência Social	01	52	52
	Acompanhamento e monitoramento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS)	Visitas de acompanhamento aos CMAS	22	62	62
	Assessoria para criação de Conselho Municipal de Juventude	Reuniões municipais com grupos de jovens e entidades da sociedade civil para estruturação da experiência	02	25	25
Fortalecimento da Sociedade Civil	Fortalecimento da capacidade institucional da sociedade civil organizada	Oficinas de construção dos desenhos institucionais das entidades da sociedade civil, elaboração e gestão de projetos sociais, construção de marcos legais (estatuto)	07	30	120
		Capacitações da diretoria das entidades sociais	12	40	400
		Seminários regionais sobre papel da sociedade civil (Jacuípe) e construção de agenda político-eleitoral da sociedade civil do Sisal e Vale do Jacuípe	03	300	600
	Construção do instrumento de gestão político-administrativo	Oficinas de construção dos planejamentos estratégicos das entidades da sociedade civil	20	30	330
		Oficinas de monitoramento e avaliação das ações institucionais	07	30	120

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
	Assessoria e monitoramento institucional	Visitas de assessoria e acompanhamento à Diretoria das entidades da sociedade civil	25	30	150
Juventude	Capacitação de jovens rurais para fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda, com base na convivência com o semi-árido, pelo Consórcio Aliança com Jovens	Cursos de qualificação básica e profissional voltados para manejo de ovinocaprinocultura e avicultura caipira	27	50	150
		Visitas técnicas de qualificação dos jovens rurais.	84	07	150
	Capacitação de jovens voltada para prestação de serviço comunitário de orientação e prevenção às DST/ AIDS e gravidez na adolescência Capacitação, intercâmbio e assessoria de grupos juvenis (Coletivos de Jovens) para acesso e interferência nas políticas setoriais	Oficinas microrregionais sobre planejamento familiar, métodos de prevenção e contraceptivos; e planejamento e metodologia de multiplicação comunitária	06	33	96
		Oficinas sobre oportunidades e programas governamentais geradores de trabalho e renda na agricultura familiar, conselhos de gestão voltados para juventude e controle social do orçamento público municipal	03	44	44
		Reuniões municipais com grupos de jovens para elaboração de plano de trabalho, monitoramento e avaliação das ações locais	22	25	550
		Reuniões regionais e de coordenação executiva para planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Projeto	08	25	25
		Encontro Regional da Juventude do Vale do Jacuípe da Bahia	01	80	80
		Visitas para conhecimento e intercâmbio de experiências de trabalho com juventude e agricultura familiar em cinco territórios rurais – SP, PE, ES, PR e SC - I Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira	05	15	15

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
		Visitas para conhecimento e intercâmbio de experiências de trabalho com juventude e agricultura familiar nos territórios Sisal e Vale do Jacuípe	15	20	300
		Reunião regional para definição de atuação e representação política juvenil nas Conferências Estadual e Nacional sobre o Plano Nacional da Juventude	01	22	22

Projeto Especial de Acesso à Terra

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Total de Participantes
Mobilização e Capacitação dos agricultores/as	Processo de Mobilização	Reuniões	12	292
		Dias de Estudo	06	164
	Capacitação de agricultores/as candidatos/as à participação no programa	Capacitação modular de 8 horas técnicas	252	558
Capacitação de Dirigentes de Associações	Capacitação	Curso de Capacitação	02	34
Capacitação de Jovens Multiplicadores	Capacitação	Curso de Capacitação	01	12
Apresentação de Propostas de Financiamento da terra	Lançamento da proposta no Sistema de Qualificação de Demandas (SQD)	Elaboração e encaminhamento das propostas para aquisição de terra	18	324
Terras Vistoriadas e/ou negociadas	Vistorias Técnicas	Vistorias das áreas agricultores identificadas pelos	12	216
Organização do assentamento	Terras negociadas	Fase de elaboração do SAT	03	57
	Formação dos assentamentos	Famílias assentadas	04	109

Projeto de Apoio aos Territórios Rurais

Linha de Ação	Ações	Atividades	Nº atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Desenvolvimento Territorial	Apoiar o processo de formulação participativa dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável na Bahia	Oficina territorial de formulação e gestão dos Planos Territoriais de desenvolvimento	13	62	806
		Encontro estadual de Articuladores Territoriais	2	34	68
		Curso de gestão dos Planos Territoriais para os membros dos núcleos técnicos e diretivo dos territórios	3	35	105
		Oficina de elaboração e negociação do Plano Safra Territorial	8	41	328
		Encontro da Comissão Estadual de Territórios	12	08	11
		Oficina Estadual de monitoramento das ações nos Territórios	2	56	102

Prêmios

Prêmio Bem Eficiente 2006 - 50 Melhores Entidades Beneficentes e Sem Fins Lucrativos de 2006

Kanitz & Associados

Prêmio Parceiros do Reordenamento Agrário

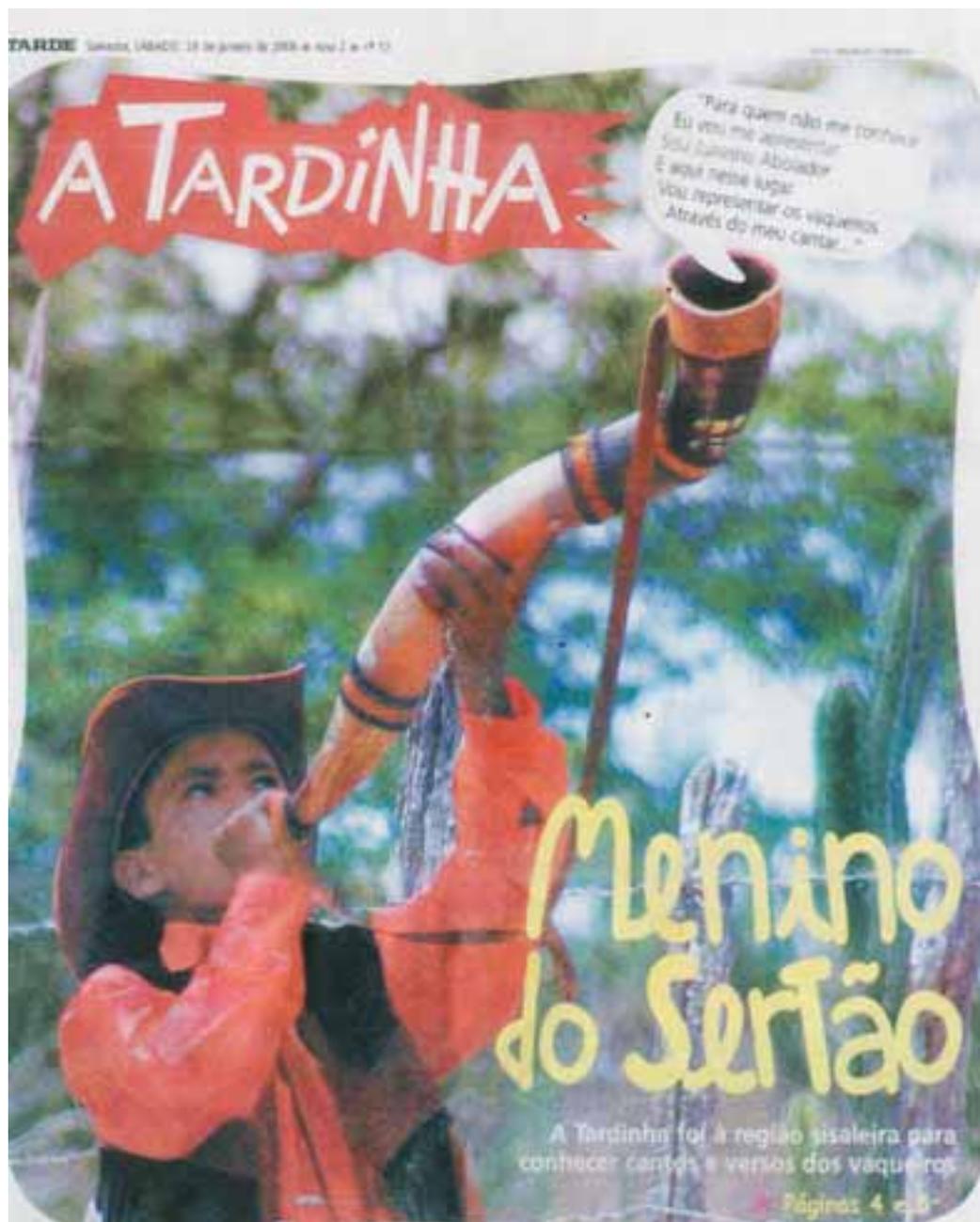
Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário



**Naidison Baptista, (à esquerda)
Secretário Executivo do MOC,
na entrega do Prêmio Bem
Eficiente 2006 em São Paulo**

O MOC na Mídia

Aqui encontram-se os registros do eco que as ações e programas do MOC tem tido, em 2006, na imprensa televisiva, impressa e online, tanto no âmbito local, como estadual e nacional. A clippagem do MOC cobre, regularmente, seis jornais da Bahia, a emissora regional de TV em Feira de Santana e os telejornais da Rede Bahia. Confira nas próximas páginas as matérias mais destacadas de 2006.



Menino do Sertão: Vaqueiro cantador

A Tarde, Salvador, "A Tardinha", p.4 e 5, 28.01.2006
Matéria sobre a história de Juninho Aboiador, um menino que largou o trabalho infantil, voltou para a escola e virou cantador de aboios e toadas.



Construindo alternativas

Revista do Terceiro Setor, Rio de Janeiro, rits.org.br, 17.03.2006

Matéria sobre as mulheres pedreiras que trabalham na construção de cisternas para captação de água da chuva.



Vera Carneiro fala sobre Baú de Leitura

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 28.04.2006

Entrevista com Vera Carneiro, técnica do MOC, sobre o lançamento do Livro Baú de Leitura desenvolvido pelo MOC.



Ciclo da Agricultura Familiar do Sisal

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 04.05.2006

Matéria sobre os eventos e produtos do I Ciclo da Agricultura Familiar do Território do Sisal realizado em Serrinha.



Agricultores investem na criação de abelha

Globo Rural, TV Globo, São Paulo, 21.05.2006

Matéria sobre Apicultura e Meliponicultura na Região Sisaleira.



Trabalhadores rurais voltam às origens

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 01.04.2006

Matéria sobre o Projeto Acesso à Terra desenvolvido pelo MOC em parceria com o Governo Federal e o Governo do Estado.



Lançamento do livro do Baú de Leitura

Jornal da Manhã, TV Bahia, Salvador, 01.05.2006

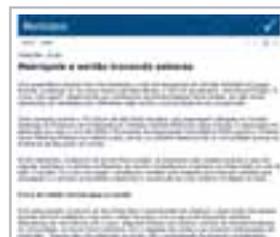
Matéria sobre o lançamento do Livro Baú de Leitura desenvolvido pelo MOC.



MOC premia a mídia do sertão

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 18.05.2006

Matéria sobre a entrega do Prêmio Mídia Sertão Social realizado durante a entrega do relatório de ações do MOC em 2005.



Metrópole e sertão trocando saberes

Site FS Online - Feira de Santana/Ba, 06.06.2006

Matéria sobre a troca de experiências entre crianças do semi-árido e da metrópole São Paulo.



Retratos do Brasil

O Estado de São Paulo, São Paulo, 02.04.2006

Matéria sobre o PETI. O MOC é citado como uma experiência bem sucedida de combate ao Trabalho Infantil, através de investimentos na educação das famílias das crianças do PETI.



Encontro debate agroecologia em Feira de Santana

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 03.05.2006

Matéria sobre o Encontro de Experimentadores em Agroecologia, realizado em Feira de Santana.



MOC homenageia órgãos de comunicação com Prêmio "Mídia Sertão Social"

Jornal Folha do Estado, Feira de Santana, 21.05.2006

Matéria sobre o Prêmio Mídia Sertão Social, o lançamento do relatório do MOC e do CD de Juninho Aboiador.



Mulheres mudam de vida com artesanato

Jornal BA TV, TV Subaé, Feira de Santana, 08.06.2006

Matéria sobre a produção de artesanato das mulheres da Cooperativa de Artesãs Fibras do Sertão (Cooperafis).



MOC recebe prêmio Bem Eficiente 2006

Jornal Folha do Estado, Feira de Santana, p. 3, 07.06.2006
Matéria sobre a premiação do MOC em São Paulo com o Prêmio Bem Eficiente 2006.



Lançamento do Consórcio da Juventude

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 17.06.2006
Matéria sobre o lançamento do Consórcio Nacional da Juventude Rural em Feira de Santana.



Baú: 23 mil crianças lendo mais e melhor

Boletim Informativo do Unicef, nº 2, ano 4, 04.07.2006
Matéria sobre o Projeto Baú de Leitura, que tem incentivado a leitura em cerca de 23 mil crianças baianas e sergipanas.



Organizações Sociais apresentam propostas a políticos em debate

Jornal Folha do Estado, p. 2, 23.08.2006
Matéria sobre o Seminário Regional de Propostas de Políticas Públicas do Semi-árido, promovido pelo MOC, em Feira de Santana.



Adriano Costa fala sobre a Unicafes/Ba

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 16.06.2006
Entrevista com Adriano Costa, técnico do MOC, sobre a criação da UNICAFES Bahia.



Célia Firmo fala sobre o trabalho das mulheres

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 26.07.2006
Entrevista com Célia Firmo, técnica do MOC, sobre o Projeto Mãos Que Trabalham.



Estudantes debatem mídia e o semi-árido

Jornal A Tarde, 20.07.2006
Matéria sobre o Seminário Mídia e Convivência com o Semi-árido, ocorrido em Juazeiro. O evento contou com a presença do Programa de Comunicação do MOC.



Sociedade Civil faz seminário com candidatas

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 24.08.2006
Matéria sobre o Seminário Regional de Políticas Públicas para a Região Sisaleira. Sociedade civil entrega documento aos candidatos presentes.



Jovens atuam na Agricultura Familiar

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 17.06.2006
Matéria sobre a atuação de jovens que receberam capacitação técnica e apoio do Pronaf e Crédito Fundiário.



Programa vai qualificar jovens para o mercado de trabalho

Jornal Tribuna Feirense, p. 3, 01.07.2006
Matéria sobre o Consórcio Social da Juventude Rural, lançado em Feira de Santana.



Encontro das cooperativas termina nesta sexta-feira

Jornal Folha do Estado, p. 4, 18.08.2006
Matéria sobre o II Encontro das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia, ocorrido em Feira de Santana.



MOC reformula site institucional

Jornal Folha do Norte, Feira de Santana, p. 3, 25.08.2006
Matéria sobre a reformulação do site institucional do MOC que agora conta com 80 páginas fixas de conteúdo.



A Tradição da Bata de Feijão

Globo Rural, TV Globo, São Paulo, 14.09.2006

Matéria sobre a Bata de Feijão em Ichú. Uma tradição cultural em extinção.



Mãos que Trabalham: Novas perspectivas para mulheres do campo

Site FS Online, Feira de Santana, 19.09.2006
Matéria sobre o projeto "Mãos que Trabalham" que capacita mulheres e gera nova perspectiva de renda. O projeto é desenvolvido pelo MOC com o patrocínio da Petrobrás.



Educação do Campo em Nova Fátima

Bahia Revista, TV Subaé, Feira de Santana, 08.10.2006

Matéria especial sobre o trabalho integrado de Educação do Campo desenvolvido pelos monitores do PETI, educadores/leitores do Baú de Leitura e dos professores do CAT de Nova Fátima com a participação efetiva das crianças.



Eliana Carneiro fala do Encontro do PETI

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 18.12.2006

Entrevista com Eliana Carneiro, técnica do MOC, sobre o Encontro Estadual do PETI.



MOC lança projeto

Tribuna Feirense, Feira de Santana, 15.09.2006

Nota sobre o Café da Manhã de Lançamento do Projeto Mãos que Trabalham



O poder jovem e as brechas na política

Revista Marco Social, Vol. 08, Instituto Souza Cruz, Setembro 2006

Artigo sobre a juventude rural que cada vez mais se mobiliza para intervir no poder público e encontrar soluções para suas comunidades.



Naidison Baptista fala sobre segurança alimentar

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 17.10.2006

Entrevista com Naidison Baptista, Secretário Executivo do MOC, sobre a Lei de Segurança Alimentar e Encontro Estadual do CONSEA/Ba.



Cobertura do Encontro Estadual do PETI

Jornal Bahia Meio Dia, TV Subaé, Feira de Santana, 19.12.2006

Reportagem ao vivo direto do Encontro Estadual do PETI.



Projeto capacita mulheres e gera nova perspectiva de renda

Correio da Bahia, Salvador, p. 6, 18.09.2006

Matéria sobre o Projeto Mãos que Trabalham, desenvolvido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) e Rede de Produtoras da Bahia e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), com o patrocínio da Petrobrás.



Eliana Carneiro fala sobre trabalho infantil

Jornal da Manhã, TV Subaé, Feira de Santana, 04.10.2006

Entrevista com Eliana Carneiro, técnica do MOC, sobre o trabalho infantil na região. Ela destaca o trabalho do PETI.



A cartilha política e o bê-á-bá do sertão.

A Tarde, Salvador, p. 17, 28.10.2006

Matéria sobre a participação política dos jovens do semi-árido, destacando o trabalho do MOC com os Coletivos de Jovens.

Pessoal

A Diretoria eleita em abril de 2005 para o biênio de 2005-2006 foi a seguinte:

A) Diretoria Efetiva

Clóvis Ramos Lima - Diretor Presidente
José Jerônimo de Moraes - Diretor Técnico
Antonio Albertino Carneiro - Diretor Financeiro
João Dias de Araújo - Diretor Administrativo
Antonio José Gonçalves de Souza - Diretor de Relações Públicas

B) Conselho Fiscal

Efetivos:

Roberto Celso Cavalcante
Urbano Carvalho Oliveira
Maria das Graças Araújo

Suplentes:

Wilma Vieira Simões
Maria das Virgens Alves Almeida
Maria da Conceição Portela R. Lima

C) Secretário Executivo

Naidison de Quintella Baptista
(75) 3221.1393/3623.0967
naidison@moc.org.br

D) Coordenadora Pedagógica

Maria Lúcia Azevedo Santos*

Equipe de Trabalho

A) Equipe Técnica Básica

Programa de Água e Segurança Alimentar

Ana Glécia da Silva Almeida
(75) 3261.1644
anaglecia@moc.org.br

Joelson dos Santos Silva
(75) 3261.1644/9198-6291
joelson@moc.org.br

Kamilla Ferreira da Silva Santos
(75) 3261.1644
kamilla@moc.org.br

Marcely Macedo Matos
(75) 3261.1644

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos
(75) 3261.1644
dora@moc.org.br

Nilton Sampaio Freire de Melo
(75) 3221.1393/1604/3261.1644
nilton@moc.org.br

Rosiler dos Santos Silva
(75) 3261.1644
rosiler@moc.org.br

Silvaney Santiago Souza
(75) 3261.1644
silvaney@moc.org.br

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos
(75) 3221.0212/3614.7001
abimael@moc.org.br

Agelândio dos Santos Carvalho
(75) 3221.0212/3614.7001

Ângela Maria Cerqueira das Virgens
(75) 3221.0212/3614.7001

Celia Santos Firmo
(75) 3221.0212/614.7001
celia@moc.org.br

Denisson Neves dos Santos
(75) 3221.1393/1604

Fredson Rodrigues de Araújo
(75) 3221.1393/1604
fredson@moc.org.br

Gisleide do Carmo Oliveira
(75) 3221.0212/3614.7001
gisleide@moc.org.br

Ivan Leite Fontes
(75) 3221.1393/1604/3614.7001
ivan@moc.org.br

José Augusto Monteiro de Castro Lima
(75) 3221.0212/614.7001/9198-8624
joseaugusto@moc.org.br

José Domingos Cavalcante Carvalho
(75) 3221.0212/3614.7001

José Ivemberg Ferreira Silva
(75) 3221.0212/3614.7001

Lana Clarton
(75) 3221.1393/1604/3614.7001
lana@moc.org.br

Lourena de Oliveira Cruz
(75) 3221.0212/3614.7001
lorena@moc.org.br

Luiz Lisboa de Oliveira
(75) 3221.1393/1604/3614.7001

Mariza Cerqueira das Virgens
(75) 3221.0212/3614.7001

Renata da Silva Santana
(75) 3221.0212/3614.7001
renata@moc.org.br

Wellington da Silva Oliveira
(75) 3221.0212/3614.7001

Wilson José Vasconcelos Dias
(75) 3221.0212/3614.7001
wilson@moc.org.br

Adriano Raimundo Cerqueira Costa
(75) 3221.0212/3614.7001
adriano@moc.org.br

Bruna Maria Santos de Oliveira
(75) 3221.0212/3614.7001
bruna@moc.org.br

Luciano Barreto de Souza
(75) 3221.0212/3614.7001

Programa de Comunicação

Klaus Minihuber**
(75) 3221.1393/1604
klaus@moc.org.br

Nayara Cunha da Silva
(75) 3221.1393/1604
nayara@moc.org.br

Paulo Marcos Queiroz dos Santos
(75) 3221.1393/1604
paulomarcos@moc.org.br

Programa Criança e Adolescente***

Berenice da Silva Trabuco
(75) 3221.1393

Conceição Eliana Carneiro
(75) 3221.1393/1604
eliana@moc.org.br

Márcia Regina Pinho
(75) 3221.1393/1604
marcia.pinho@moc.org.br

Márcio Fróes da M. Mascarenhas
(75) 3221.1393/1604
marcio@moc.org.br

Programa de Educação

Cleonice dos Santos Oliveira
(75) 3221.1393/1604

Francisca Maria C. Baptista
(75) 3221.1393/1604

Josevonne Dias Serafim
(75) 3221.1393/1604
josevonne@moc.org.br

Maria Vandalva Oliveira Pinto
(75) 3221.1393/1604
vandalva@moc.org.br

Vera Maria Oliveira Carneiro
(75) 3221.1393/1604
vera@moc.org.br

Zhara Leite Souza
(75) 3221.1393/1604
zhara@moc.org.br

Programa de Gênero

Alvaiza Conceição Cerqueira da Cruz****

Andréia Moreira Araújo
(75) 3221.1393/1604
andreia@moc.org.br

Joseane de Assis Santos
(75) 3221.1393/1604
joseane@moc.org.br

Nívea Carolina Dantas
(75) 3221.1393/1604
nivea@moc.org.br

Programa de Políticas Públicas

Ana Karina Menezes Lima
(75) 3221.1393/1604
karina@moc.org.br

Clodoaldo Almeida da Paixão
(75) 3221.1393/1604
paixao13@moc.org.br

Danilo Uzeda da Cruz*

Emanoel José Mendonça Sobrinho
(75) 3221.1393/1604
emanoel@moc.org.br

Ildes Ferreira de Oliveira
(75) 3221.1393/1604
ildesferreira@uol.com.br

Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira
(75) 3221.1393/1604
soneide@moc.org.br

B) Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira
Alexandro Lima de Meireles
Darlan de Lima Torres
Dinalva Leite das Virgens
Domício Cerqueira Lima
Donato da Silva
Edivânia Santos de Lima
Everaldo Leite das Virgens
Gilberto Carlos de Oliveira
Gilvan Rogério Vieira de Araújo
Gleide Dias de A. Cordeiro
Helio Menezes Lisboa
Luiz Silva Lima

Margarida Maria Pereira de Jesus
Maria das Graças S. Bittencourt
Maria Jocerise de Souza
Miralva Leite das Virgens
Maria Neuza Rios
Rosenice Alves de Souza
Sandra Regina A. Vergne de Moraes
Sirleide de Oliveira Rodrigues
Soraia Jane Oliveira Rios Carvalho
Jamile Teixeira de Oliveira
Maressa Corra da Costa

C) Estagiários/as e Colaboradores/as

Programa de Comunicação

Cristiane Melo
Lorena Amorim

Programa de Educação do Campo

Jussara Secondinho do Nascimento
Bernadete Mariene C. Santos

Projeto Especial Acesso à Terra

Célia Nunes Dourado Passos
Dailson Andrade
Ivone Gonçalves Oliveira
Jair Dória da Silva
José Macedo
Júlio Moreira Tavares
Kelcilene de Souza Calixto
Mário César da Costa
Neilan Leite Silva

D) Voluntários

O MOC continua contando com a colaboração de voluntários, professores, advogados, médicos e outros, que oferecem sua parcela de contribuição ao trabalho.

* Desligaram-se da instituição no decorrer do ano.

** Cooperante da Horizont3000, Áustria.

*** Os trabalhos do Projeto Vida Nova foram desenvolvidas por este Programa.

**** Licenciou-se das atividades no decorrer do ano.

Recursos financeiros

Durante o ano de 2006 contamos, novamente, com a valiosa colaboração de várias pessoas e instituições. Abaixo relacionamos os principais apoios/parceiros que nos permitiram a sustentação dos trabalhos durante o ano.

Fontes de Recursos Locais/Nacionais

- CAR
- CESE
- ELETROBRÁS
- FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
- GTZ
- INSTITUTO ALIANÇA
- INSTITUTO PAULO FREIRE
- MEC - FNDE
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MINISTÉRIO DA CULTURA
- PFIZER
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PETROBRÁS
- REDECARD S.A.
- SANTANDER
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
- SETRAS
- SUBVENÇÃO SOCIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- UNICEF

Fontes de Recursos do Exterior

- ACTION AID
- BERLI – Espanha
- CORDAID - Holanda
- CRS – Estados Unidos
- DISOP – Bélgica
- Elkarga Natzen
- EVERYCHILD – Inglaterra
- KINDERMISSIONWERK – Alemanha
- MANUS UNIDAS - Espanha
- PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
- OMICRON – Áustria
- RESOURCE FOUNDATION (PFIZER) – Estados Unidos



**POR UM
SERTÃO JUSTO.**



MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Rua Pontal, 61 - Cruzeiro - Feira de Santana-BA
CEP: 44017-170 - Telefone/fax: (75) 3221-1393
moc@moc.org.br

www.moc.org.br



Glossário

- Abraço-SISAL - Associação das Rádios Comunitárias da Região do Sisal
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário
AMAC - Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura
APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
Arco Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
Assocene-Ne - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CEAAL - Conselho de Educação de Adultos para América Latina
CEAIC - Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CEDITER - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
CEFET-Ba (Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia)
CEM - Comissão Executora Municipal
CODES - Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira
COGEFUR - Conselho Gestor do Fundo Rotativo
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CRS - Catholic Relief Services
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Disop - Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
GSTV - Grupo Social Terra Viva
IJRB - Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
NOB - Norma Operacional Básica
P1+2 - Programa 1 Terra e 2 Águas
PIMC - Programa Um Milhão de Cisternas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PASA - Programa da Água e Segurança Alimentar
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPM - Pão Para o Mundo
Projeto CAT - Conhecer, Analisar e Transformar
PROJOVEM - Programa de formação de jovens empresários rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESAB - Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SETRAS - Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia
SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
UJA - Unidade da Jornada Ampliada
UNEB (Universidade Estadual da Bahia)
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Ficha Técnica

Editor: Klaus Minihuber. Projeto Gráfico: Milton Nóbrega.
Editoração Eletrônica: Alan Mello, Martinho Sampaio.
Fotos: Arquivo MOC, Carlos Augusto/Estúdio Guto Jads, Manuela Cavadas.

Impressão e acabamento: Gráfica JB, João Pessoa.
Tiragem: 1.000 exemplares. Impresso em papel Reciclato.